

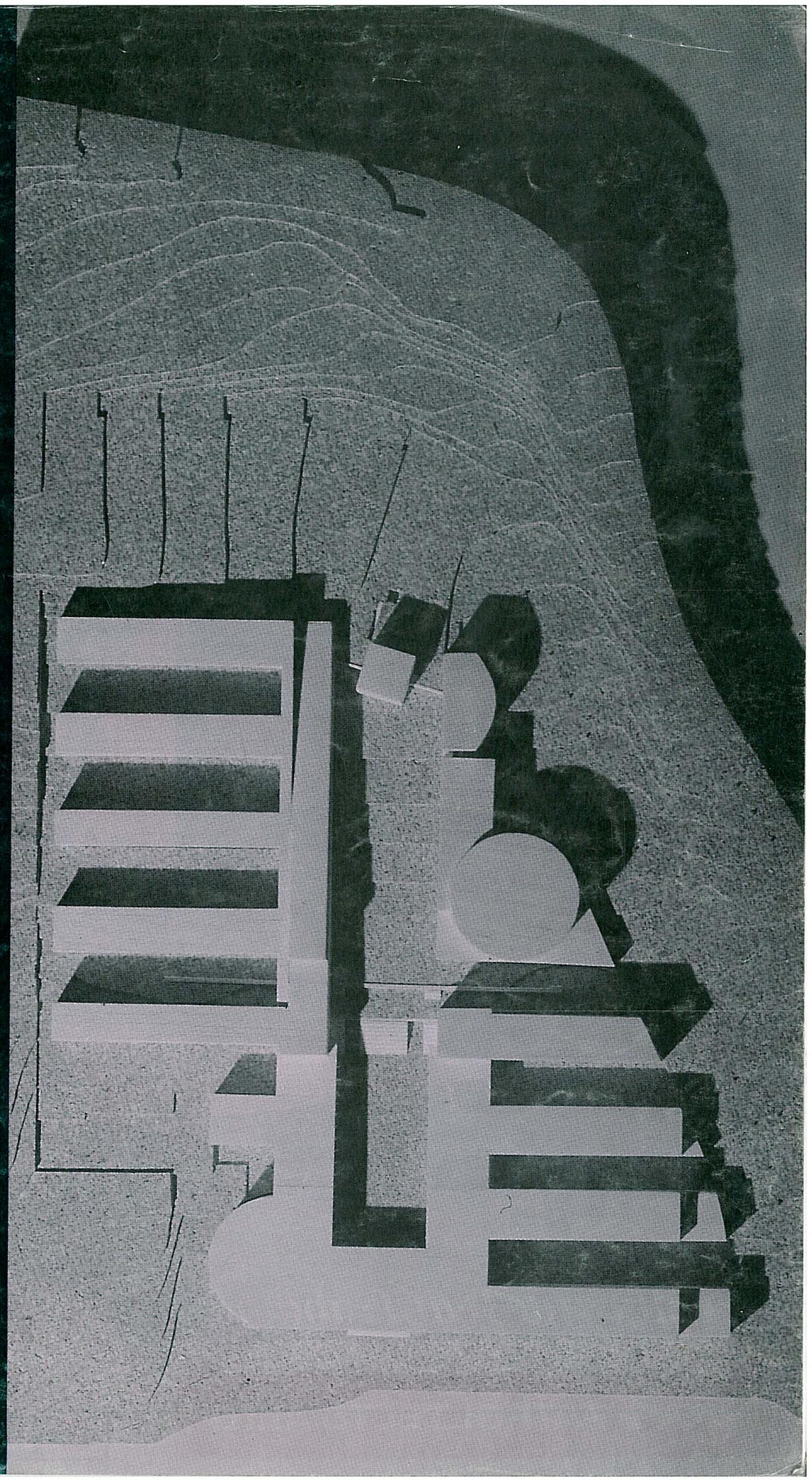
J
O
R
N
A
L

A
R
Q
U
I
T
E
C
T
O
S

94-95

Ano XX N.º 4/95, Janeiro 91 - Publicação mensal da Associação dos Arquitectos Portugueses
Director: F. Silva Dias - Director Adjunto: João Nasj Pereira - Preço: 300\$00

INSTITUTO
DE
ECONOMIA



T.T.
O Todo Terrestre

**PATROL
 TECTO ALTO**
 A PARTIR DE
 2714 CONTOS*

GAMA DE 3 E 9 LUGARES

PATROL TECTO ALTO
 Um todo o terreno que leva
 até 9 pessoas é obra. Comprove-o.



LOTAÇÃO: 3 OU 9 LUGARES

- Motores de 2,8 litros
- Direção Assistida
- Potência: 84 CV e 95 CV
- 5 velocidades + redutoras
- Garantia de 3 anos ou 100.000 kms para mecânica, 3 anos para pintura e 6 anos anti-corrosão

* Não inclui despesas de transporte e documentação



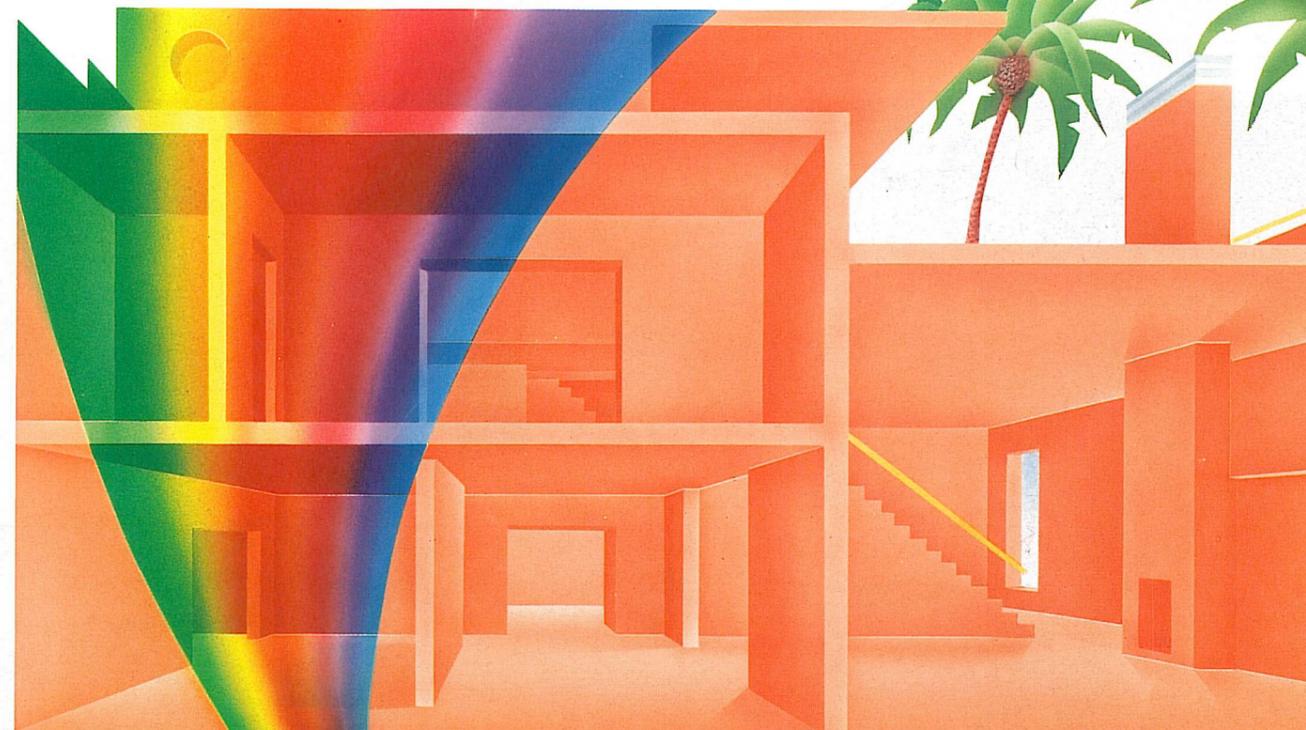
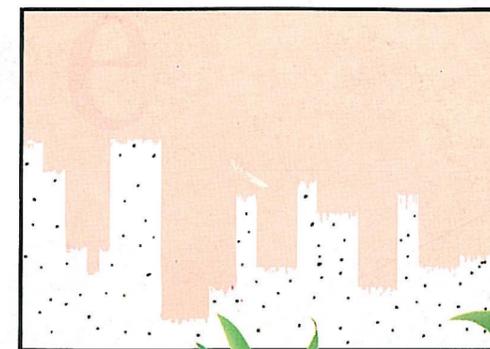
À Altura de Todo Trabalho

NOVO PATROL TECTO ALTO



NISSAN RECOMENDA LUBRIFICANTES SHELL

prestomat
 rende mais!



Uma tinta vale pelo seu poder de cobertura, pelo rendimento que proporciona, nível de acabamento que oferece e capacidade de resistência ao tempo. Prestomat vale pelos bons resultados em superfícies interiores e exteriores, permitindo um acabamento económico de excelente qualidade. Experimente Prestomat e verá que rende mais.

VALENTINE

PUBLICIS/CIESA

SANITANA ... Inovação e Qualidade



Sanitário Grécia Belmonte, banheira Raquel.

Apresenta agora, na Série "GRÉCIA", o "Belmonte". Um gratinado bicolor muito suave que permite possuir algo de diferente, com um toque incomparável de bom gosto. Em toda esta série, a SANITANA oferece-lhe também a sua gama de banheiras em cor igual.



Sanitana

FÁBRICA DE SANITÁRIOS DE ANADIA, LDA.
TELEFONE (031) 52141/2 - TELEX 53073 SANISA P - TELEFAX (031) 54124
APARTADO 45 - 3781 ANADIA CODEX - PORTUGAL

Janela de sótão

VELUX®

Este produto de fama mundial está á venda em Portugal



A janela de sótão VELUX® pode ser instalada em qualquer tipo de telhados.

Por exemplo, em qualquer casa o espaço de sótão pode ser economicamente transformado numa área com luz e ventilação.

As janelas VELUX têm um acabamento completo:

- Janelas de vidro duplo
- Caixilho e empanelamento são feitos de pinho nórdico
- 100% estanqueidade entre janela e telhado por meio de rufos especiais
- Abertura para ventilação mesmo quando a janela está fechada
- Bons acabamentos e qualidade superior.



Exemplo de preço para caixilho de formato cm 78x98 Esc. 29.140 s/ iva, não inclui preço do rufo.

Contacte-nos ou envie este cupão para obter mais informações.

VELUX INTERNATIONAL A/S
Sucursal em Portugal
Rua de S. Sebastião da Pedreira, 100-3º
1000 Lisboa
Telf. 01-52.26.03 Telefax: 01-52.61.26

® VELUX é uma marca registada

Por favor envie-me mais informações sobre a janela VELUX

Nome: _____

Morada: _____

Telf.: _____

VELUX INTERNATIONAL A/S, Sucursal em Portugal
Rua de S. Sebastião da Pedreira, 100-3º, 1000 Lisboa.



CERÂMICA CONSTÂNCIA

FUNDADA EM 1836

rotring rapidograph

O PROFISSIONAL

O rotring rapidograph. O instrumento para desenho técnico, considerado em todo o mundo como o padrão máximo de qualidade, precisão e funcionamento.

Com a substituição da recarga capilar, obtém um sistema de ventilação novo e limpo. O rotring rapidograph existe em 15 espessuras de traço diferentes, à venda no seu fornecedor habitual.



rotring

J O R N A L
ARQUITECTOS

PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES (AAP)

DIRECTOR:
Francisco da Silva Dias (Presidente do CDN)

DIRECTOR ADJUNTO:
João Nasi Pereira

CHEFE DE REDACÇÃO:
Margarida Colaço

SECRETÁRIA DE REDACÇÃO:
Fátima Cecílio

CONSELHO DE REDACÇÃO:
Manuel Queiroz - CDN
Vasco Massapina - CDR Sul
Rosário Rodrigues - CDR Norte

COLABORAM NESTE NÚMERO:
Luis Manuel Pereira
Luisa Guerreiro
Mário Chaves
Suzana Nogueira Godinho

PATROCINADORES:
Artur Westheimer, Lda (Canson)
Artur Westheimer, Lda (Rotring)
Cerâmica Constância
Longra - Org. Equipamentos para Escritório, SA
Pergol, Lda
Sanitama
Technal Portuguesa, Lda
Valentine - Portugal, Lda
Wirsho - Tubos da Suécia, Lda

FOTOGRAFIA:
Mário Soares
Luis Maria Gonçalves
Paulo Taveira
Paulo Valente

RELAÇÕES PÚBLICAS, MARKETING E PUBLICIDADE:
Maria de Lurdes Melo

SECRETARIADO:
Paula Mendes

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua Barata Salgueiro, 36
1200 Lisboa
Telef: 352 64 45 - 543 / 512
Fax - 54 36 67

GRAFISMO:
João Carlos Mendes

PRODUÇÃO:
Comunicando - Comunicação e Informação, Lda
Rua dos Douradores, 202 - 4º Esq.
1100 Lisboa
Telef: 87 55 92 - 87 54 60 Fax: 87 54 60

EXECUÇÃO GRÁFICA
Intergráfica - Publicidade e Artes Gráficas, Lda
Rua Rodrigues Sampaio, 19 A
1200 Lisboa

IMPRESSÃO:
Imprinter, SA
Rua Sacadura Cabral, 26/30
1495 Lisboa
Telef: 419 80 65

TIRAGEM: 6.000 exemplares
Depósito Legal Nº 2762689
ISSN 0870-1504 O AAP

DISTRIBUIÇÃO:
Midesa Marco Ibéria
Distribucion de Ediciones, S.A.
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 1 - A
Tel: 859 67 39 - 859 67 57 - 859 66 29
Telex - 64 861 MIDESA P - 1900 Lisboa



Este é o primeiro JA publicado em tempo de guerra. Muito embora o conflito iniciado no Golfo só artificialmente se pudesse reflectir no conteúdo do jornal da AAP, há sempre incidências específicas de cada actividade profissional que convém sobressaltar, ainda que apenas no propósito de contribuir para uma reflexão mais lúcida sobre um

acontecimento só aparentemente longínquo, a que tem sido negado, em absoluto, tratamento desapaixonado nos meios de comunicação de que dispomos.

A concepção e construção, às ordens de um governo sem qualquer legitimidade democrática, de um Iraque subterrâneo, inacessível e inexpugnável por técnicos de democracias ocidentais (com destaque para uma Alemanha hipocritamente impedida, pela constituição, de fazer guerra externa), como a assinatura dos contratos de reconstrução do Koweit, à data incólume, entre membros do seu governo no exílio e empresas americanas da especialidade, não são apenas dois episódios representativos de um mesmo oportunismo tecnocrático revoltante, ganancioso e desumano.

Para além da natural indignação suscitada pelo tom de irresponsável ligeireza com que se mascaram os horrores da destruição e da guerra, prevalece a interrogação sobre a postura ética de cada profissão perante o fenómeno angustiante da guerra e das suas cumplicidades civis a montante e a juzante.

João Nasi Pereira

EDITORIAL

SUMÁRIO

Actual
pág. 12

Riscos desconhecidos
pág. 13

Núcleos
pág. 18 e 19

Conversas
Instituto Superior de Economia e Gestão
pág. 21 a 33

Leituras
pág. 35 a 37

Informação
pág. 39 a 41

Fiscal
pág. 42

Capa: Maqueta do 1.º prémio do concurso para o ISEG - Gonçalo Byrne

SEMINÁRIO

20 - 22 Março 1991

Seminário Europeu de Especialistas: «A Periferia Cultural da Vila». Viena, Áustria

A Comissão Nacional da Suíça para a UNESCO que tem organizado vários seminários inseridos no Projecto 117: A Cultura do Quarteirão, e exerce actualmente a coordenação desse projecto de desenvolvimento cultural, confiou à Comissão Austríaca para a UNESCO a organização deste seminário.

Este seminário deverá discutir, subordinado ao tema «A Periferia Cultural da Vila», o ambiente sócio-cultural e as actividades culturais dos trabalhadores migrantes, dos refugiados e das minorias nacionais.

Realiza-se na:

Werkstätten - und Kulturhaus
Wahringerstrabe 59; A - 1090 Vienne

FORUM

MEDIA SAVE ART'91

ROMA, 17 A 21 De Junho

Organizado pelo ICCROM e Governo Italiano

Destina-se a debater diversas questões com a Comunicação e a Salvaguarda do Património Cultural.

Conta com o Alto Patrocínio da Presidência da República Italiana e da UNESCO.

Local: Conjunto Monumental de San Michele em Ripa (Roma)

Inf.: Secretariado do Media Save Art'91

ICCROM - 13, Via di San Michele

00153 - Roma

tel: (39-6) 587901

FEIRAS

CERAMEX

FIL, 21 a 24 de Fevereiro

10ª Salão Internacional das Artes Decorativas e Domésticas

Local: Feira Internacional de Lisboa

Praça das Indústrias

EUREHA 91

Saarbrücken, (Sudoeste da Alemanha) 6 a 9 de Junho

Feira Europeia da Reabilitação, patrocinada pelos Ministros da Saúde de França, Alemanha, Luxemburgo e da Região de Sarre, em conjunto com outras personalidades da vida pública envolvidas na problemática do deficiente ou inválido.

Inf.: Arqtº Karl Huhn

Feira Internacional de Metz; F-57072 Metz-Cedex; Parc des Expositions **Tel.:** 87754955

CONFERÊNCIA

2ª ACSA ANUAL/EUROPEEN SCHOOLS OF ARCHITECTURE CONFERENCE

sob o tema «Educar ou Treinar Arquitectos? Modelos Pedagógicos», realiza-se em Paris de 25 a 28 de Abril e é organizada pelo Governo Francês e a ACSA.

Informações:

Mr. Jean Claude-Thoret

MELTEM - Charge des Relations Internationales; Arche de la Defense; Paris Sud 92055 - Paris **Tel:** (33) (1) 40812122 **Fax:** (33) (1) 40819791

CARTAS

Concurso para as novas instalações da Secção Regional do Norte da AAP

Exmos. Senhores,

No Jornal Arquitectos nº 91, de Setembro de 1990, foi publicado um artigo intitulado *A Memória da Cidade*, onde é reproduzido o projecto que ganhou, em Julho de 1990, a Mensão Honrosa do Concurso para as novas instalações da Secção Regional do Norte da AAP. Vimos chamar a V/ atenção para o facto de, mais uma vez, não terem referido os nomes dos autores do projecto, a saber:

Alessandro D'Amico

com

Clara Bastai

Anton Graf.

Jotta van Groenenwoud

Paulo Domingues

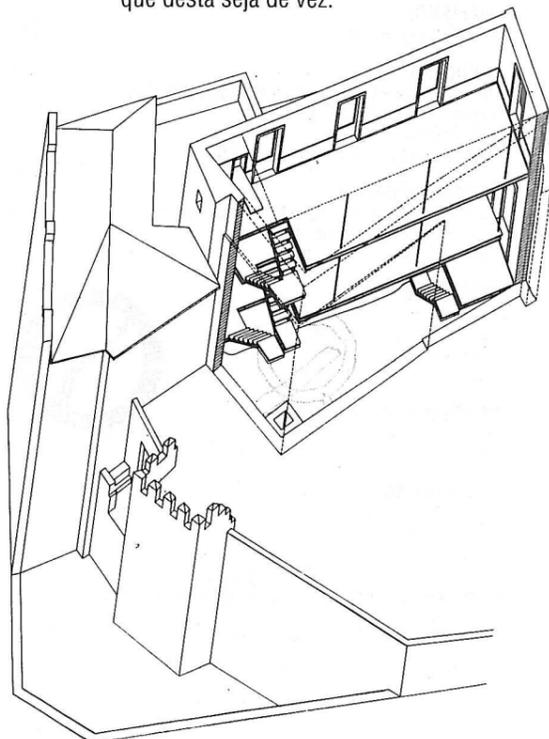
José Manuel Resende

Lúcia Peixoto

Atelier: António Madureira

Agradecendo desde já a rectificação desta omissão, subscrevemo-nos,

N.R. - Faltava, de facto, ainda esta rectificação. Num episódio infeliz e já suficientemente lamentado, esperamos que desta seja de vez.



CONCURSO DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

1º - STA / Arq. João Lúcio Neves Lopes

2º - GITAP / Arq. Carlos Sousa Dias

3º - José Daniel Santa Rita

4º - Nuno Leónidas

5º - Júlio Sottomayor Neupart

Representante da AAP no júri: Arq. Jorge Silva

CONCURSO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

1º - Gonçalo Sousa Byrne

2º - Manuel Vicente

3º - José António Martinez / Miguel Beleza

4º - GITAP / José Carlos Bolotinha

5º - Mário Sua Kay

Representante da AAP no júri: Arq. Silva Carvalho

CONCURSOS LIMITADOS DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

1 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Rui Barreiros Duarte

2 - BIOTÉRIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Alberto Sousa oliveira

3 - PAVILHÃO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE

Bartolomeu Costa Cabral

4 - EDIFÍCIO DE ZOOTÉCNICA

Leonor Godinho Moreira

5 - ANFITEATRO DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Carlos Travassos

6 - BLOCO DE AULAS DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Manuel Graça Dias

7 - HERBÁRIO DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Manuel Vaz Pinto de Queiroz

8 - CONCURSO PAVILHÃO DE MECÂNICA DO INST. SUP. AGRONOMIA

Francisco Teves

NOTA: Nestes concursos promovidos pela UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA a AAP - não colaborou nos processos de concurso - não esteve representada nos júris

CONCURSOS

Concurso público de ideias e adjudicação da elaboração do Plano Especial de Protecção da margem Direita das ribeiras Del Miño e ordenamento da margem Esquerda dos rios Barbaña y Loña

Informam-se os interessados que se encontra para consulta na Associação dos Arquitectos Portugueses as base do regulamento deste concurso, promovido pelo Ayuntamiento de Orense.



SRS promove na FIL Encontro «Arquitectura e conflito»

O Conselho Directivo da SRS da AAP está a preparar para os dias 4 e 5 de Abril um Encontro que se realizará na FIL, coincidindo com a Feira SK.

O Encontro terá como tema «Arquitectura e Conflito» e dedica-se à análise e discussão de importantes alterações no exercício da profissão:

- O novo regime de licenciamento de Obras Particulares em preparação
- Os Seguros de responsabilidade profissional
- O Regulamento do exercício da profissão
- Conflitos entre arquitectos e Administração e a apreciação de projectos
- Os Conflitos entre arquitectos e a deontologia
- Direitos de autor
- Concorrência

Estes temas preenchem parcialmente os objectivos de dois encontros que estavam previstos no programa eleitoral do Conselho Directivo Regional: sobre o exercício independente da profissão e sobre o exercício na Administração.

O Conselho Directivo da SRS tem vindo a preparar estas matérias, no âmbito do Regulamento do Exercício da Profissão que foi publicado no JA e discutido em Assembleia Regional tendo desta resultado o compromisso do Conselho Directivo em realizar um Debate mais aprofundado.

Os temas em discussão são da maior importância para a definição dos futuros contornos do exercício da profissão pelo que se espera uma participação empenhada.

Brevemente será enviado aos associados um folheto com informação detalhada e condições de inscrição.

Nova sede da AAP Banhos de São Paulo Comissão de honra constituída

Está constituída a Comissão de Honra para a Nova Sede da AAP - Banhos de São Paulo. Aguarda-se apenas a confirmação do Senhor Presidente da República, que presidirá, e do sr. Primeiro Ministro. Ficará assim constituída pelos menos com os seguintes membros, que já aderiram formalmente:

Senhor Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações - **Eng^o Ferreira do Amaral**

Senhor Ministro do Planeamento e Administração do Território - **Eng^o Valente de Oliveira**

Senhor Secretário de Estado da Cultura - **Dr. Pedro Santana Lopes**

Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor - **Eng^o Macário Correia**

Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território - **Dr. Nunes Liberato**

Senhor Secretário de Estado da Juventude - **Dr. Miguel de Macedo**

Senhor Secretário de Estado da Energia - **Eng^o Nuno Ribeiro da Silva**

Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian - **Dr. Azeredo Perdigão**



RISCOS Desconhecidos

Já chegou o primeiro material. Dúvidas, pedidos de esclarecimento, solicitações várias têm chegado, por telefone, à redacção. (Sim, queremos projectos, construídos ou não, e muitos).

Sinais encorajadores, sem dúvida. Mas algo tímidos ainda.

Há que dizer que os arquitectos têm o dever de divulgar o seu trabalho. Mais do que afirmar autorias, dar público testemunho da sua contribuição para o exercício responsável da profissão.

Mais do que feirar vaidades, participar activamente na valorização do conhecimento do panorama arquitectónico do país.

Enfim, ultrapassar essa lusitana e pardacenta tibieza, arregaçar mangas, e enviar para o JA o «tal projecto».

AAP: Uma política de concursos ridícula (I)

No Jornal Arquitectos, nº 91, Set. 90, eram solicitados comentários ou sugestões à Proposta de Regulamento «Profissão de Arquitecto» aí publicada.

A minha passagem pela AAP, no anterior mandato, enquanto responsável pelo pelouro dos concursos no CDR/Sul, leva-me a colocar algumas interrogações quer quanto a alguns dos artigos da citada proposta de regulamento quer, em relação à política da actual Direcção interferente com o conteúdo dos mesmos.

No capítulo II, do exercício da profissão de arquitecto, poderá ler-se no ponto 5.3:

«A associação para a realização de trabalhos de arquitectura deve constituir a forma de sociedade de profissionais em que todos os sócios sejam arquitectos. Os estatutos destas sociedades devem ser registadas na AAP»

Recordo que, muito recentemente, solicitei à AAP, por fax, um esclarecimento ao facto duma empresa designada «Plural: Equipamentos de Automóvel e Electrodomésticos» vir a concorrer a diversos concursos de P.D.M's.

Como resposta telefónica foi-me argumentado que, o arquitecto representante dessa empresa é um profissional cuja competência a AAP não poderá duvidar nem questionar, tanto mais que o mesmo se encontra no pleno direito do exercício da sua profissão.

Retorqui que não se trata dum problema de competência profissional de um arquitecto mas do direito ou não, existente ou a criar, de a AAP interferir em matéria jurídica sobre as regras para a designação, constituição e caracterização de empresas de urbanismo e arquitectura.

Em tais situações, até onde irão ou deverão ir os limites de intervenção da AAP?

Em conformidade com o referido artigo da Proposta de Regulamento/AAP, serão arquitectos todos os sócios daquela empresa de equipamentos automóveis e electrodomésticos?

Será que a possibilidade de exercício de arquitectura da citada empresa surgiu posteriormente à designação e constituição jurídica da mesma, bastando para o efeito uma mera alteração de estatutos permanecendo embora com o mesmo nome de firma?

Segundo a interpretação que faço da explicação que me foi dada telefonicamente pelo responsável dos concursos AAP, bastará um arquitecto inscrito na AAP e no pleno direito das suas funções integrar uma empresa para que a mesma possa praticar urbanismo e arquitectura? (1)

Desculpem-me os colegas esta minha insistência mas creio que o tema é suficientemente importante para que possa ter uma resposta, através de relatório jurídico e não por mera informação aligeirada, quer telefónica, que por fax.

Deixo contudo bem claro que, à partida, nada tenho contra a empresa «Plural: Equipamentos de Automóvel e Electrodomésticos» mas que me assiste o dever e o direito de alertar e ser devidamente esclarecido por parte da Associação de Arquitectos Portugueses sob o insólito desta situação.

Outro artigo que questiono no citado regulamento sobre a nossa profissão, refere-se às regras de concorrência entre arquitectos.

Poderá ler-se no ponto 11.5:

«O arquitecto só deve participar em concursos de arquitectos como concorrente ou membro de júri, quando os regulamentos dos mesmos, tiverem aprovação da AAP».

Mal andariam no actual contexto de funcionamento da nossa associação profissional os cerca de 4.000 arquitectos do país se, no âmbito do mercado de trabalho estivessem pendentes duma meia dúzia de concursos por ela assessorados ou de algum modo acompanhados, por sinal, tantas vezes com divulgação das datas de inscrição já fora dos prazos.

Por certo, ver-nos-íamos todos pelas esquinas a estender a mão à caridade.

Mas, será que a Direcção da AAP tem uma política de encomenda pública e privada de serviços de urbanismo e arquitectura onde, naturalmente, se enquadre a problemática dos concursos?

Para além do debate cultural em torno dum ou outro caso mais significativo, acaso, a actual Direcção não restringe praticamente a sua acção à «divulgação» interna de uns tantos princípios sobre concursos, os quais poderemos aplaudir, alheando-se contudo, de forma deliberada, dos instrumentos e estruturas de âmbito nacional que urge criar, capazes de viabilizar esses mesmos princípios?

Enquanto associado, defendo que a AAP, venha a ter um papel e uma

participação determinantes ao nível das regras de encomenda de serviços de urbanismo e arquitectura.

Contudo, se apenas devemos participar em concursos por si aprovados, lanço a pergunta se acaso não sucede ou nunca aconteceu, membros da Direcção ou dos corpos sociais da AAP concorrerem ou organizarem concursos à margem dos próprios serviços da Associação?

O problema complica-se quando, ainda recentemente, pelo último Boletim de Informação/AAP - os concursos de P.D.M's anunciados já se encontraram fora dos prazos. Desses, apenas um, o P.D.M/Portalegre tem a participação da AAP no júri. Todos os concorrentes, neste caso foram obrigados no acto de inscrição a uma caução de 550 contos (2)

Ao mostrar-me indignado perante os serviços/AAP de tal exigência fui «esclarecido» que a Câmara de Portalegre tem o direito de obrigar àquela caução, todos os inscritos e não apenas o concorrente que venha a ser vencedor.

Depreende-se pois que, segundo o actual responsável/AAP pelos concursos, o direito ao trabalho tem de ser caucionado, antes de mais por quem se propõe desenvolver uma tarefa, favorecendo-se naturalmente as grandes empresas para quem a retenção de 550 contos por vários meses não levanta quaisquer problemas.

Aberto tal precedente, com a legitimação da AAP, a partir de agora, tudo será de esperar.

Fui contudo, mais informado de que a própria AAP, apesar da ampla divulgação da participação naquele júri, (PDM/Portalegre), mesmo depois de encerradas as inscrições, não tinha conhecimento do regulamento do concurso.

Quer isto dizer que a actual Direcção preconiza o dever dos associados só participarem em concursos aprovados por ela mas que, em simultâneo, divulga concursos que não aprovou e, para cúmulo, anuncia participar em júris de concursos de que nem sequer tem conhecimento dos respectivos regulamentos.

O assunto parece pois estar já a atingir foros de surrealismo e, por certo, no âmbito da gestão da AAP no capítulo de serviços, os colegas que desempenham actualmente funções de Direcção não querem ser levados muito a sério por parte dos associados.

O tema da Encomenda de Serviços de Urbanismo e Arquitectura é, naturalmente quente e complexo.

A falta de espaço no Jornal Arquitectos leva-me a propôr para o próximo número, a continuação deste artigo:

AAP: UMA POLÍTICA DE CONCURSOS RIDÍCULA (II)

Lisboa, 08.12.90

José da Conceição Afonso
Associado AAP nº 981

(1) De igual modo, a explicação que entretanto me foi dada pela AAP através de fax, nada adianta quanto às dúvidas que coloco.

Será possível que o Boletim Oficial de Informação com base nos dados fornecidos por diferentes Câmaras Municipais cometa sistematicamente o mesmo erro quanto à verdadeira designação da referida empresa?

(2) No J.A. nº 92/Out. que acabo de receber, depois de várias críticas já vem referido o PDM/Portalegre como concurso marginal à AAP. Contudo, espanto dos espanhóis, em asterisco, logo se chama a atenção de que a AAP tem um elemento representante no júri daquele concurso

Política ou propaganda?

A proposta de Regulamento do Exercício da Profissão, publicada no nº 91 do JA tem provocado participações diversas da parte dos nossos associados como era nosso objectivo com vista à sua melhoria, antes da entrega ao Governo para publicação ao abrigo de uma disposição prevista no Decreto de associação Pública. Por isso se regista com agrado o artigo do arquitecto José Afonso.



(esclarecimento sobre o artigo «Uma política de concursos ridícula»)

Uma precisão se impõe antes de comentarmos as críticas contidas no artigo: o arquitecto José Afonso foi o responsável pelo pelouro dos Concursos no mandato anterior, entre 1987 e 1989, desenvolvendo a sua acção sobre o enquadramento dos mesmos princípios e orientações com que o actual Conselho Directivo Regional do Sul levou a efeito a sua acção neste primeiro ano de mandato.

Parece portanto inusitado o título do artigo em causa: «Uma política de Concursos ridícula», uma vez que a política é a mesma que o próprio autor desenvolveu durante três anos. Com uma diferença: em 1990 a AAP teve participação em quase tantos Concursos como tinha tido no conjunto dos três anos do mandato anterior.

Refere-se o articulista ao ponto 5.3 do Capítulo II da proposta de Regulamento do Exercício da profissão. Nela se estabelece um princípio disciplinador das sociedades que se dediquem à actividade de Arquitectura, preceituando-se que tais sociedades devam constituir a forma de sociedade de profissionais e os seus estatutos serem registados na AAP.

Presume-se que o articulista concorde com este preceituado (uma vez que se limita a reclamar contra uma alegada participação ilegítima num Concurso, por parte de uma firma alegadamente não habilitada para a actividade de Arquitectura, e contra o comportamento que a AAP terá tido perante tal facto).

Ora a regulamentação só dá mais força à necessidade daquele preceito uma vez que, enquanto tais empresas não estiverem regulamentadas, nada impede do ponto de vista legal que qualquer sociedade que tenha no seu pacto social a actividade de «estudos e projectos» e tenha nos seus quadros um arquitecto, desenvolva actividades no domínio da Arquitectura. Estamos de acordo portanto, quanto à necessidade de um novo enquadramento jurídico para a constituição de tais sociedades.

Não se pode apontar qualquer actuação da AAP incoerente com os princípios que se defendem. O caso concreto referido no artigo é apenas mais um exemplo que ilustra a necessidade de regulamentação de uma actividade que também tem uma dimensão empresarial, apesar de se ter comprovado que, neste caso, nada houve de ilegítimo (1).

Refere-se a segunda crítica do artigo em referência ao preceituado no ponto 11.5 da proposta de Regulamento, quanto às regras de concorrência entre arquitectos, nomeadamente a obrigação dos arquitectos respeitarem as deliberações da AAP quanto aos Concursos.

Não se percebe se o autor do artigo ainda concorda com este princípio. Recordar-se contudo que no «Manual de Encomenda dos Serviços de Arquitectura e Urbanismo», publicado pela AAP sob a coordenação do arquitecto José Afonso, está contida uma «Norma Provisória para a Participação da AAP nos processos de Adjudicação de Projectos» que estipula entre outras coisas que «os arquitectos não devem participar em Concursos quando haja deliberação da AAP nesse sentido e comunicada em tempo aos associados, quando se verifique situação de ilegalidade ou quando não respeitem as condições da presente norma».

Admite-se que o preceito instituído possa ser algo flexibilizado, mas o articulista não pode ignorar que esse princípio já estava instituído na AAP quando ele era responsável pelo seu cumprimento. Princípio que aliás radica nos próprios Estatutos da AAP anexos ao Dec. - Lei 465/88 que no seu artº 41 referente aos deveres dos arquitectos perante a AAP estipula na alínea a) que é obrigação dos arquitectos «cumprirem as deliberações e respeitar os Regulamentos». Então o que pretende o articulista?

O articulista serve-se do pretexto para desenvolver uma catilinária contra a política de encomenda de serviços da AAP induzindo o leitor em erro: atribuir à AAP uma preocupação exclusiva pelos Concursos Públicos, que não a temos, como não tínhamos no mandato anterior.

De facto, tanto são legítimos os Concursos Públicos, como os limitados, como a encomenda directa (desde que em todos os processos se garanta rigor e transparência). Agora, quando haja Concursos Públicos e neles a AAP esteja envolvida como representante que é dos arquitectos, faz algum sentido que a capacidade de negociação da AAP com os promotores seja anulada perante a possibilidade de os associados concorrerem sem quaisquer limitações, aceitando condições que a AAP em seu nome rejeitou? Que política de encomenda se pode alicerçar em tal falta de princípios?

Por último, não querendo responder a algumas insinuações da parte final do artigo em causa, sempre se adianta (2):

1 - A AAP, como o autor do artigo em causa bem sabe, é chamada quase sempre tardiamente e muitas vezes por sua própria iniciativa, a intervir sobre processos que já estão em fase adiantada. Assim, quando a AAP começa a negociar as suas condições, frequentemente vê-se forçada a aceitar garantias mínimas e até a nomear representantes para jurís como último recurso de controlo da seriedade de um processo que, na sua fase regulamentar, não teve a nossa participação. É daqui, e só daqui, que decorrem os atrasos na informação aos associados e também alguns riscos que se assumem calculadamente, de por vezes se preferir participar em processos menos exemplares a ficar de fora, nunca recusando liminarmente a participação da AAP, para melhor defesa dos concorrentes, sem esgotar todas as possibilidades de entendimento.

2 - Se o articulista ainda concorda com os princípios e a Política de Encomenda da AAP (definida nos últimos Congressos e expressa em documentos publicados) que é a mesma que ele seguiu ou deveria ter seguido quando disso foi responsável, então há-de concordar que, não sendo ainda a melhor, a situação tem vindo a melhorar e não a piorar. Hoje há mais Concursos, melhor organizados e melhor divulgados que há dois ou três anos. São resultados escassos, mas são resultados.

3 - Um Regulamento do Exercício da Profissão, aplicável por lei, contendo os preceitos básicos da concorrência é um instrumento imprescindível à viabilização dos princípios (que o articulista diz serem «de aplaudir»).

Só que os princípios não são para aplaudir. São para cumprir. Só um novo enquadramento jurídico da encomenda pública pode, aliás, objectar a situações tão aberrantes (mas legais) como é por exemplo a da exigência de cauções aos concorrentes a concursos.

Ora uma lei só se altera com outra lei. O resto é propaganda.

4 - Venha então a segunda parte do artigo; crítica ou

autocrítica, mas clara.

É que sendo a AAP a Casa dos Arquitectos, os telhados não podem ser de vidros.

E em tudo, na acção como na reacção, há uma ética.

**Pedro Brandão, Arqtº.
Presidente do Conselho
Regional do Sul**

NOTAS:

(1) No caso referido, que se enquadra na legislação que temos e não na que viremos a ter se a proposta de Regulamento for aprovada pelo Governo, a AAP fez o que podia e devia. Indagou junto do promotor do Concurso qual a natureza da sociedade em causa e sua capacidade para o desenvolvimento das actividades no domínio do objecto do Concurso. Os esclarecimentos dados, primeiro pelo promotor e depois pelo arquitecto cuja equipa se constituiu na empresa em causa (que se chama «PLURAL - Planeamento Urbano Regional e de Transportes, Lda.»), foram suficientes para se concluir, factualmente, que não houve qualquer situação de ilegalidade ou incumprimento do regulamento do Concurso e que a equipa em causa reúne as necessárias condições para o exercício da actividade a que concorreu.

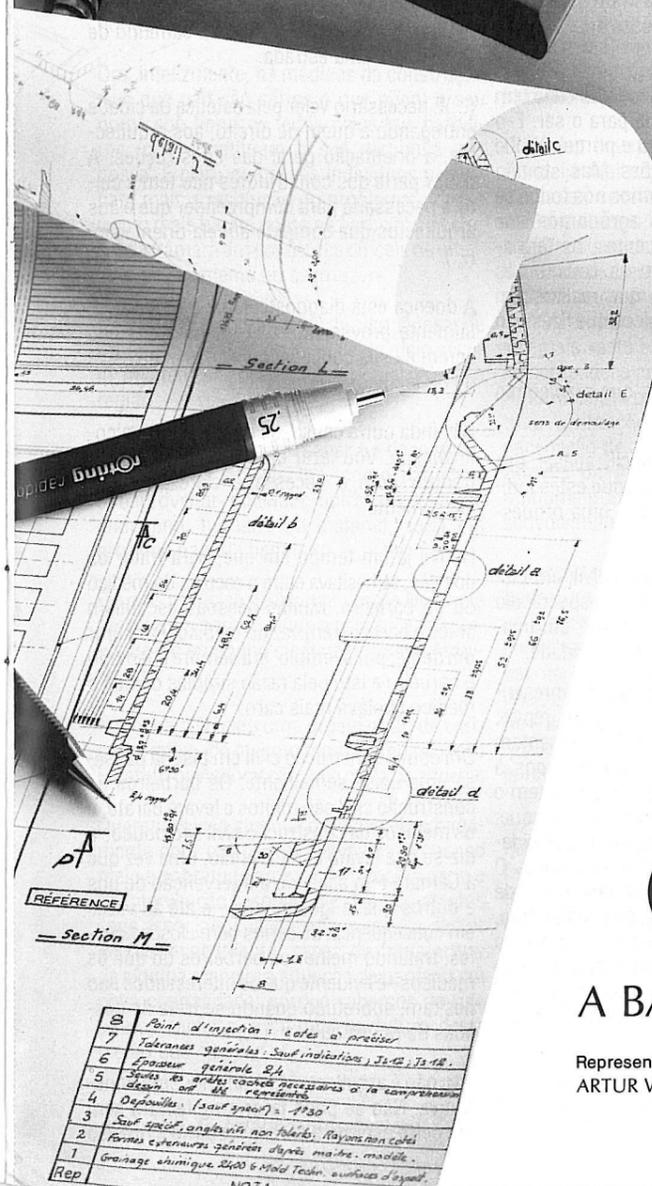
(2) Para terminar, uma nota sumária sobre o funcionamento dos serviços da AAP. Se o articulista se não satisfaz por receber respostas telefónicas ou via Fax às suas reclamações via telefone, deverá em próxima oportunidade expôr os seus assuntos por escrito. Obviamente responderemos da mesma forma. Mas não se pode queixar de não ter sido rapidamente atendido quando apresentou qualquer reclamação ou pedido de intervenção à AAP. O actual Conselho Directivo Regional do Sul tem feito disto ponto de honra, tendo instituído e divulgado um novo regime de apoio aos associados (que deverá ser canalizado através do seu Presidente ou do Consultor Jurídico) ao qual numerosos Colegas têm recorrido.

“PAPEL VEGETAL CANSON : À ALTURA DOS VOSSOS PROJECTOS”



Uma inovação técnica, um novo “design”... um avião, um edifício, um telefone com memória... são os sonhos que fazem progredir a realidade! Com o papel vegetal CANSON, a vossa criatividade e o vosso talento ficam libertos de toda a inibição. Com a sua qualidade inalterável, o papel vegetal CANSON permite que “se esqueça dele”, colaborando assim, à sua maneira, na realização do vosso único objectivo: o sucesso do vosso projecto.

O papel vegetal CANSON tem uma transparência, uma resistência à raspagem e uma facilidade de arranque que são realmente perfeitas. De 40 a 110 g/m², em folhas, blocos, resmas ou rolos, o papel vegetal CANSON estará sempre “à altura dos vossos projectos”.



A BASE EFICAZ DE TODOS OS PROJECTOS.

Representante para Portugal e Ilhas
ARTUR WESTHEIMER LDA. - Largo Cristóvão da Gama, 10-B Damaia de Baixo - 2700 AMADORA.

Portalegre – Núcleo da AAP constituído!!

Realizou-se no passado dia 29 de Novembro em Portalegre, no Convento de Santa Clara, a Assembleia Constituinte do Núcleo de Arquitectos do Nordeste Alentejano - NANA.

Na Assembleia estiveram presentes como convidados, o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre e o representante do Governador Civil do Distrito. De realçar a intervenção do senhor Presidente da Câmara, de franco apoio aos arquitectos e perfeito entendimento do seu papel na comunidade.

Com a presença de cerca de trinta colegas - maior participação do que nas Assembleias Regionais - foi ratificada a eleição da direcção do Núcleo, liderado por Vasco da Câmara Pestana, Vítor Rei, Ana Pestana, Madalena Meireles e Pedro Cruz. Amplamente representado o distrito desde Campo Maior a Ponte de Sor.

A reunião prolongou-se em animado jantar, destacando-se a presença neste, do «quase decano» dos arquitectos do distrito, o colega Caria Mendes, que emocionado manifestou a sua felicidade pela constituição do núcleo, talvez lembrando outras lutas e outros tempos, quando um arquitecto nos confins se podia apenas impor pelos seus méritos profissionais e pouco mais. Durante a Assembleia, Vasco Câmara Pestana e António Realinho divulgaram dois textos intitulados «Estar Presente» e «Intervir no Território», que pela sua importância o «JA» publica neste mesmo número. Porque estes textos são afinal a síntese da tradução das aspirações dos arquitectos.

O exercício da profissão fora dos grandes centros, continua a ser difícil, mas se antes não havia arquitectos na província, agora não há províncias sem arquitectos. O Nordeste Alentejano, terra-mãe de arquitectos consagrados, é já um exemplo.

Vasco Massapina

Minhas senhoras, meus Senhores

O nascimento do Núcleo que agora constituímos, mais do que marcar o termo ou o início do que quer que seja, é parte natural do processo que de há anos a esta parte os Arquitectos têm protagonizado de forma crescentemente empenhada na nossa região.

O Núcleo será, antes de mais, um lugar de encontro para o necessário e indispensável debate disciplinar a que os arquitectos quiserem e souberem dar corpo, e as formas que venha a assumir para nesse encontro envolver alguns sectores da população serão indubitavelmente barómetro seguro para atestar da sua eficácia. Concomitantemente será o

Núcleo, assim desejamos, agente privilegiado capaz de intervir em nome dos Arquitectos e da Arquitectura no meio que é o nosso, por forma a que ambos ocupem o lugar que por definição e direito é seu.

Por vir a talho de foice, e porque contribui magistralmente para dar resposta a dúvidas que nalguns espíritos se levantem, não resisto a transcrever aqui partes de um discurso de um homem que, apesar das diferenças ideológicas que nos separam, me merece o maior respeito. Trata-se de Duarte Pacheco, Engenheiro Electrotécnico por formação, aqui na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que ocupou antes de ser Ministro das Obras Públicas.

E passo a citar:

«(...)O que se passa pode ser visto por toda a gente. Qualquer pessoa com uma cultura média, que percorra os bairros novos excêntricos de Lisboa, colhe uma impressão que é de aterrar. O que se faz por essa pobre cidade é indescritível. (...)

A grande maioria dos «projectistas» não tem formação nem competência para o ser. É-o porque assim se classificou e porque se lhe têm tolerado as suas criações. Mas isto não pode continuar. O que diríamos nós todos se fossem, por exemplo, os agrónomos que tratassem das pessoas doentes, os farmacêuticos que defendessem as causas nos tribunais, os engenheiros que realizassem grandes concertos, os músicos que fizessem pontes?

Diríamos, certamente: Mas que manicómio imenso!

Certamente seria muito difícil, apesar das grandes qualidades pessoais que estes indivíduos tivessem, afinar como uma orquestra!

Ora em matéria de construção civil, em Lisboa, passa-se mais ou menos o espectáculo que resultaria desta anarquia que, em imagens, pus diante da Câmara e da cidade.

A maior parte dos indivíduos que se apresentam como «projectistas» não têm, repito, competência para o ser, e então apresentam aquilo a que se pode chamar uns bonecos, à aprovação da Câmara. Mas a Câmara tem o dever de não aprovar tais criações, porque, se esses bonecos fossem apenas curiosidades, nenhum mal poderia vir ao Mundo. O pior é que elas se convertem em coisas de pedra e cal e ficam a atestar, pelo tempo fora, a falta de coragem, a falta de educação e a falta de cultura das gerações passadas. Isso é doloroso para todos e sobretudo para aqueles que têm responsabilidades e o dever de intervir.

Quem é que, por definição deve intervir nas construções? É o arquitecto, o engenheiro e o construtor.

Em primeiro lugar e acima de tudo o arquitecto, visto que uma edificação urbana é fundamentalmente uma obra de arquitectura e a seguir o engenheiro, na parte referente às condições de estabilidade, e depois ao construtor, quanto à execução da obra mas sob a orientação e direcção daqueles técnicos. E no que diz respeito ao aspecto arquitectural, à estética da construção, só o arquitecto tem a formação cultural e a aptidão profissional necessárias.

Isto não quer dizer que, por exemplo, um rural ou um carpinteiro que tivesse feito estudos de arquitectura não pudessem ser excelentes arquitectos; Mas como não fizeram esses estudos, não estão habilitados a projectar e a construir prédios.

Também a concepção de um projecto de construções urbanas de real importância não pertence aos engenheiros, como aos arquitectos não pertence o estudo das fundações de uma ponte, dum traçado de caminho de ferro ou de uma estrada.

(...)É necessário velar pela estética da cidade entregando a quem de direito, aos arquitectos, a orientação geral das construções. A maior parte dos construtores não tem a cultura necessária para compreender que é aos arquitectos que compete aquela orientação; (...)

A doença está diagnosticada e é fundamentalmente proveniente das construções não serem na sua concepção, baseadas no estudo de técnicos competentes.

Há ainda outra causa, de ordem economico-financeira. Vou fazer um "simile", que pode traduzir com a necessária clareza o meu pensamento.

Houve já um tempo em que, para tratar os doentes, se hesitava entre a escolha do médico ou do barbeiro. Muitas pessoas escolhiam antes o barbeiro em vez do médico. Para tirar um dente, por exemplo, era sempre chamado o barbeiro e isto pela razão simples de que o médico custava mais caro.

Ora com a construção civil em Lisboa passa-se uma coisa semelhante: Os barbeiros da construção civil são muitos e levam barato, e os médicos da construção civil são poucos e diz-se que levam caro. E então, uma vez que a Câmara tem aceitado a intervenção de uns e outros quase igualmente, - e até às vezes em consequência de certos perniciosos agentes, tratando melhor os barbeiros do que os médicos - é evidente que os interessados não hesitam, sobretudo quando se trata de pessoas de pouca cultura. (...)

Isto não é arquitectura - é uma loucura construtiva. Não se pode fazer arquitectura sem um certo espírito e para ter espírito é preciso

ter cultura. Até para as profissões mais modestas é indispensável a aprendizagem. Para fazer um par de botas há que saber manejar a soveia.

É necessário explicar aos construtores e aos proprietários o seu prejuízo quando trocam, por uma economia de meia dúzia de contos, um projecto sério, por um boneco que lhes custa meia dúzia de vinténs. Pagam caríssimo essa economia. Poupam de momento alguns contos, mas ficam com uma construção que lhes vale, a menos, muitas dezenas deles. Faço um caloroso apelo às pessoas de cultura que se interessam por este assunto para ensinarem a defender a boa doutrina.

Mas há ainda um outro aspecto de ordem moral que convém focar.

Verificou-se em todos os tempos, e há-de naturalmente verificar-se sempre, um facto a todos os títulos lamentável - é nem todos os homens são sérios.

Ora, infelizmente, há médicos da construção civil que não são sérios e que põem o seu nome sob bonecos feitos pelos tais barbeiros, que constituem a sua vergonha e a nossa. É claro que esses indivíduos perturbam mais a resolução do problema, porque levam mais barato como os barbeiros e colocam a Câmara em condições difíceis de intervir energeticamente no caso. (...)

Neste discurso que acabei de citar, apesar de proferido para Lisboa há mais de meio século, mantém-se gritantemente actual na nossa região.

Esta não pode alienar o saber e o desempenho dos seus Arquitectos, como não deve subaproveitar qualquer outro seu recurso endógeno, humano ou material; seria um erro que pagaria bem caro.

Eia pois o Núcleo de Arquitectos do Nordeste Alentejano, corporizando a presença interventiva e o empenho efectivo dos seus Arquitectos.

Não será o Núcleo uma organização de cariz corporativo, do mesmo modo como não foi o Estatuto da Associação uma carta de alforria.

Queremos isso sim que o Núcleo seja, juntamente com outros intervenientes no nosso meio e sobretudo através do trabalho sério e da intervenção responsável dos Arquitectos seus associados, agente de mudança, factor de desenvolvimento, capaz de transformar de alguma maneira a situação de periferia em nova centralidade; porque sabemos do que somos capazes, e cremos no futuro desta região que é nossa. Obrigado.

António J. R. Realinho Arquitecto

O Núcleo dos Arquitectos do Nordeste Alentejano surge da vontade de descentralização da Associação dos Arquitectos Portugueses que tem praticamente coberto todo o território por Núcleos das diferentes regiões. Porque não em Portalegre onde tem sido levado a cabo um trabalho sistemático de Arquitectura praticado por Arquitectos?

O Núcleo surge também da necessidade sentida, por parte dos Arquitectos que aqui residem, de se dotarem de um instrumento representativo perante a comunidade, que possibilite o desenvolvimento pleno e reconhecido da acção dos Arquitectos da região do Nordeste Alentejano.

O Núcleo dos Arquitectos destina-se a lutar pela prática da Arquitectura executada e orientada por Arquitectos. Simultaneamente, o Núcleo pode e deve ter um papel determinante na «vida cultural»; dando a conhecer a disciplina da Arquitectura, elucidando populações e autarquias do impacto do construído sobre o território.

O Núcleo deve mostrar as experiências, as Obras já realizadas por Arquitectos e confrontá-las com a construção praticada por não-arquitectos. Este, para já, o papel central. Depois poderá chamar a si a responsabilidade de dar resposta como organismo vivo e actuante do campo cultural.

Cultura designa um campo de actividade cada vez mais vasto e fascinante que melhor não se compadece com práticas estereis. A Arquitectura pelo seu carácter social construiu civilizações, cenários, espaços para encenação de acontecimentos históricos. Através da Arquitectura o Homem erigiu monumentos, detonadores de factos e desenvolvimento culturais.

A nossa tarefa como arquitectos é fazer Arquitectura. Intervir activamente na solução e esclarecimento da maneira de construir. De construir um território, mas também participar na «política» orientada para esse território. Porque ao propormos uma Arquitectura estamos a propor uma Imagem. Uma quase-ideologia. Uma utopia levantada de parede a parede.

As nossas povoações antigas estão a pedir que as tratemos, que as conduzamos até ao nosso tempo. Que continuemos a Obra, o traçado das ruas, das praças, dos pontos altaneiros, das suas penhas, dos seus monumentos... A Arquitectura Branca que persegue até ao litoral de Marrocos. A Arquitectura Popular que pela força do tempo e pelo amesquinamento dos nossos espaços actuais, se tornou Erudita. A Arquitectura Branca com os seus reboucos e faixas de cor, e a ordem das suas janelas e portas emolduradas, tornou-se objecto da

nossa estima, da nossa admiração.. Objecto do nosso estudo.

Sinal da nossa civilização que urge aprofundar sem cair na falsa e hipócrita tentação da facilidade de copiar mal e apressadamente um passo ainda por cima recente. Inovemos, pois, com base nesses valores mas baseados numa procura, numa investigação. Numa insatisfação, numa Perfeição. Invoquemos, pois!

A Arquitectura Moderna, melhor dito contemporânea que por aqui se fizer deverá enquadrar-se num todo mas sem perder de vista a sua razão de ser particular: impulsionar e enaltecer a Imagem deste Território.

Por tudo isto, o Arquitecto deve, tem que ser ouvido. As suas deliberações em forma de projecto ou de «parecer» devem ser ponderadas e fazerem-se executar. Ainda estamos a tempo de evitar as negligências de outros lados.

Eu como Arquitecto acredito no Poder da Arquitectura. Na Ordem dum espaço de acordo com o pensamento, com a Geometria, com a Instituição Artística e Mágica. A aspiração a um fim civilizacional. Não é só por termos uma língua comum que formamos uma Pátria. As imagens que formos deixando de nós, atitudes, comportamentos simbolos e estilos também fazem parte desse conceito.

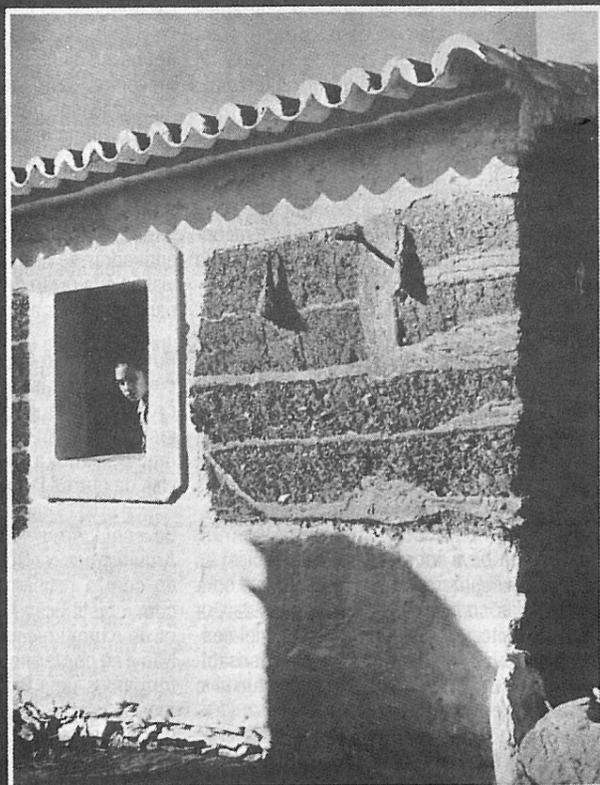
A Arquitectura sempre acompanhou a história. Talvez agora com o falhanço da história (como sucessão de momentos vistos de um ponto de vista unilateral) se guie mais pela filosofia e pela poesia. Tudo, campos, caminhos, estradas que se entrelaçam como um labirinto, que poderá convocar novamente a ideia de espírito, de lugar...

Um Arquitecto tal como se fizesse parte de uma Ordem tem de dar o exemplo. O Arquitecto tem de estar presente com sabedoria num Território. Se demonstrar que se está nas tintas não é um Arquitecto, mas sim mais uma peça na engrenagem semi-clandestina da «construção civil».

Senhores Presidentes das Câmaras, meus Senhores e minhas Senhoras, a Arquitectura não pode ser descurada. Os Núcleos da Arquitectura poderão se lhes for dado o devido campo de manobra, ter um importantíssimo papel de dinamização local. A nossa acção que não é de hoje, nem de ontem, nem de longe mas daqui tem que ser reconhecida.

Vasco Câmara Pestana
Núcleo dos Arquitectos do Nordeste Alentejano.

ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL



ASSOCIAÇÃO
ARQUITECTOS
PORTUGUESES



ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL

Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses

3.ª EDIÇÃO - 3 VOLUMES

À venda na Associação dos Arquitectos Portugueses
PREÇO DE CAPA 12.000\$00 ASSOCIADOS/ESTUDANTES 9375\$00

Esclarecimento sobre concursos da UTL

Decorreu com alguma perturbação a 2ª fase dos concursos da UTL para a Ajuda - Faculdade de Economia e de Veterinária.

Reclamações dos concorrentes, alterações de última hora, mudança de prazos, ausência de alguns elementos do Júri (no caso de Economia) e finalmente, segundo tudo leva a concluir, abandono da decisão de construir a Faculdade de Economia por deliberação do Conselho Directivo desta entidade.

Em todos os momentos do processo a AAP/SRS tentou defender os concorrentes (lutando por vezes com falta de informação que a UTL nos deveria ter fornecido). O representante da AAP no Júri do concurso para a Faculdade de Economia fez a declaração de voto que se publica junto.

Entretanto chega ao conhecimento do Conselho Directivo um boato, cuja origem se desconhece, de que a AAP estaria envolvida num processo de selecção de equipas a convidar pela UTL para concursos limitados a desenvolver a curto prazo. Assim presta-se a seguinte esclarecimento:

- Embora a AAP aceite participar em Concursos Limitados **nunca** participa no processo de selecção das equipas a convidar;

- Embora no mandato anterior tenha sido decidido divulgar anualmente uma lista de premiados ou distinguidos em concursos, este processo nunca foi implementado nem irá ser no actual mandato pelo CDR/SUL, tendo sido tomada a deliberação de não elaborar nem divulgar tal lista ou qualquer outra;

- No caso de entidades pretenderem apoio da AAP no processo de pré-selecção de equipas a convidar, o único apoio que a AAP presta é o de divulgar entre os associados, por circular ou no JA, a iniciativa em causa, permitindo a todos os associados dirigir-se à entidade propondo a sua candidatura.

Reafirma-se portanto, que tanto no caso em questão como em qualquer outro, a AAP não tem qualquer intervenção no processo de convite a equipas para participar em Concursos Limitados. A participação da AAP neste processo restringe-se assim à aprovação dos Regulamentos e participação nos Júris quando os Regulamentos sejam aceites.

Declaração de voto do representante da AAP no Júri do Concurso para o ISEG

Num Concurso de Arquitectura é tido naturalmente que em relação aos concorrentes, não baste que independentemente de outras satisfações regulamentares, lhes seja satisfeita a compensação financeira pela sua classificação, pois a expectativa da concretização do empreendimento é um motor fundamental para o acto criativo, sob pena de o transformar num mero exercício académico.

Julga o representante da Associação dos Arquitectos Portugueses pouco dignificante que num Concurso com esta importância, de um Júri composto regulamentarmente por nove elementos por motivos vários apenas cinco tenham comparecido para o exercício da sua função, e que apenas uma semana antes de terminar esta segunda fase os Órgãos Directivos do Instituto Superior de Economia e Gestão tenham vetado a localização das novas instalações no Alto da Ajuda.

Julga ainda o representante da AAP que a entidade promotora do Concurso deveria ter acautelado previamente a situação, evitando este grande esforço por parte dos concorrentes.

José Silva Carvalho

Sobre o Instituto de Economia

...Sobre o concurso para elaboração do projecto das novas instalações para o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) no Polo Universitário do Alto da Ajuda, promovido pela Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (RUTL).

... com a participação de Manuel Mateus (coord. Byrne); José Caldeira e Francisco Teixeira Bastos (coord. Manuel Vicente); Miguel Beleza, Miguel Bráz e José Martinez; José Carlos Bolotinha (GITAP) das equipas seleccionadas para a 2ª fase e Alexandre Duarte Silva, Ana Gomes de Oliveira, Fernando Cardim Evangelista, Pedro Torres, Jorge Patrício Martins e, ainda, José Silva Carvalho representante da AAP no júri.

«Sobre o Concurso...»

«Seleção de concorrentes e não de projectos» (José Caldeira).

De alguma forma elucidativas são as designações que constam da documentação oficial:

«Concurso para elaboração de projecto...» (do caderno de encargos)

«Concurso público para

selecção do projectista...» (da acta nº 3).

Aconteceu assim:

Mais de 30 equipas a concorrer, avaliação, selecção, 5 equipas seleccionadas na 1ª fase e uma reunião, entre as duas fases, inesperada e informal entre a RUTL e estas equipas - os Conselhos Directivos e Pedagógicos vetaram maioritariamente a localização no Alto da Ajuda alegadamente ao arpejo da vontade da Reitoria que prometia ainda então, tudo tentar alterar. Propunha assim o prosseguimento do concurso mesmo perante a eventualidade da não concretização da obra no local previsto. A RUTL não dava garantias. Em contrapartida exigia garantias (bancárias)...

«E obrigaram-nos (ou levaram-nos) a aceitar aquelas condições. Mas não aceitaram a condição de anulação das garantias bancárias que eram iguais ao valor dos prémios já recebidos. O que é, no mínimo, uma forma de pressão.» (Francisco Teixeira Bastos)

«A partir daí ficámos um pouco de pé atrás em relação ao resto do concurso. E tudo aquilo, finalmente, pareceu-me uma palhaçada. Só não desistimos porque tínhamos a garantia bancária envolvida. E porque gostamos de levar o que começámos até ao fim, embora já não tenha havido o empenho e a seriedade que se espera de um con-



curso destes.» (José Caldeira)

«...Obrigaram-nos a aceitar estas condições» (Manuel Mateus)

Os concursos são ainda, em Portugal, o maior meio de divulgação e debate da arquitectura. São um estímulo fundamental sobretudo pela dimensão das oportunidades que proporcionam e que se substanciam na realização da obra.

«Sentimo-nos um pouco defraudados (entre aspas) pela maneira como este concurso foi conduzido pelo promotor.» (José Caldeira)

O seu antigo prestígio tem vindo a decair sobretudo devido ao descrédito criado pela multiplicação de atitudes consideradas pelas equipas de muito grande irresponsabilidade e deslealdade para com elas.

«É um desfecho desastroso para uma iniciativa desta dimensão.» (José Caldeira)

Atitudes que, na opinião dos concorrentes não se têm defrontado com uma AAP suficientemente organizada, descomprometida e aguerrida na defesa dos interesses dos arquitectos.

«Do Júri»

«O júri tem de ter cara» (Cardim Evangelista)

Neste certame, esta era a cara do júri: Presidente, o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Professor A. Simões Lopes, assessorado pelo Vice-Reitor, Professor Jorge Silva e pelo Professor Nuno Valério do ISEG.

Vogais:

Arqtº Alberto Sousa Oliveira da FA;

Arqtº Silva Carvalho, em representação da AAP;

Arqtº Passos Leite, em representação da CML;

Engª Maria dos Anjos Alfaiate, em representação da DGES;

Prof. Manuel Brandão Alves, Presidente do CD do ISEG;

Prof. Álvaro Martins, Vice-Presidente do CC do ISEG;

Presente na reunião o Administrador da UTL, licº Pedro Meireles.

Destes restaram cinco entre os quais os três arquitectos que se reuniram para decidir da sua participação face à decisão tomada pela RUTL, tendo concluído «que esse abandono poderia prejudicar ainda mais os concorrentes do ponto de vista financeiro» (José Silva Carvalho)

Críticas? Especificamente deste júri, não. Quanto a júris em geral, sim:

Evitar a participação dos mesmos membros em dois júris de concursos tão próximos, cronológica, metodológica e geograficamente, como os do Polo da Ajuda.

É fundamental, no entender dos concorrentes, a divulgação da constituição nominal dos júris antecedendo a inscrição (consideram este conhecimento como susceptível de condicionar a sua participação). Igualmente definidos e divulgados à partida devem ser os critérios de apreciação.

Avulta ainda a necessidade de garantir a eficácia dos júris através da participação oficial de representantes das entidades com intervenção no processo, com poderes de facto vinculativos. Deve assegurar-se ainda «equidade na apreciação dos trabalhos através do estabelecimento de regras claras de apresentação, evitando-se disparidades que, de algum modo, possam diferenciar artificialmente as propostas» (Silva Carvalho)

«Concordo com todas as formas de exprimir ideias desde que enquadradas por critérios pré-definidos de avaliação.» (Francisco Teixeira Bastos)

«É importante garantir que da aplicação de critérios quantitativos não possa resultar o perigo da preversão das sensibilidades manifestadas no júri, devidas à utilização de escalas desadequadas.» (Silva Carvalho)

«Eu não percebo como é que arquitectos ou não arquitectos podem fazer avaliações percentuais...» (Manuel Mateus)

«Da Associação dos Arquitectos Portugueses»

Entidade «mediadora do contrato», com participação nos honorários envolvidos, revela, na boca dos concorrentes, ao longo deste processo, preocupante falta de informação, intrigante passividade perante os atropelos do processo e inquietante inoperacionalidade na defesa dos interesses dos associados envolvidos.

«Há uma entidade, que é a Associação, que tem de pedir responsabilidades. E essa entidade devia estar organizada para isso...» (Cardim Evangelista)

«Parece-me que a Associação é quem deve levar mais culpas para casa. A sua defesa dos concorrentes é deficiente.» (Manuel Mateus)



Propõem caminhos:

Aperfeiçoar a normativa relativa aos concursos, lutar pela sua oficialização mas, acima de tudo reorganizar drasticamente as estruturas de acompanhamento e apoio.

No caso vertente:

Pugnar pela defesa intransigente dos direitos ainda prevalecentes dos associados envolvidos e pela divulgação e debate dos resultados (exposições e catálogos incluídos).

«Se um concurso é o julgamento dos concorrentes a exposição dos trabalhos é o julgamento do júri...» (Manuel Mateus)

Em consequência:

Expurgar dos cadernos de encargos enorme quantidade de trabalho inútil (redes de água, esgotos e electricidade, estruturas, etc) salvo raras excepções, labor penalizante que nada justifica.

A talhe de foice:

Falaram dos banhos de S. Paulo, da suspeita de repetição das deficiências aqui apontadas agravadas ali pelo pressentimento de não haver meios para concretizar a obra.

Quedar-se-ia, assim, muito prejudicador a desejável exemplaridade do concurso.

«A compensação dos concorrentes terá de ser muito significativa em termos de divulgação» (Francisco Teixeira Bastos).

«Conclusões»:

«Penso que cabe aqui uma reflexão sobre a forma como este concurso decorreu mas não nos podemos esquivar à responsabilidade de ter aceite e proposto novas regras» (Manuel Mateus)

«O concurso foi exemplar do ponto de vista da solidariedade entre os concorrentes. Eu penso que o concurso é a nossa forma de investigação, é um pouco o espelho da arquitectura que se vai fazendo» (José Caldeira)

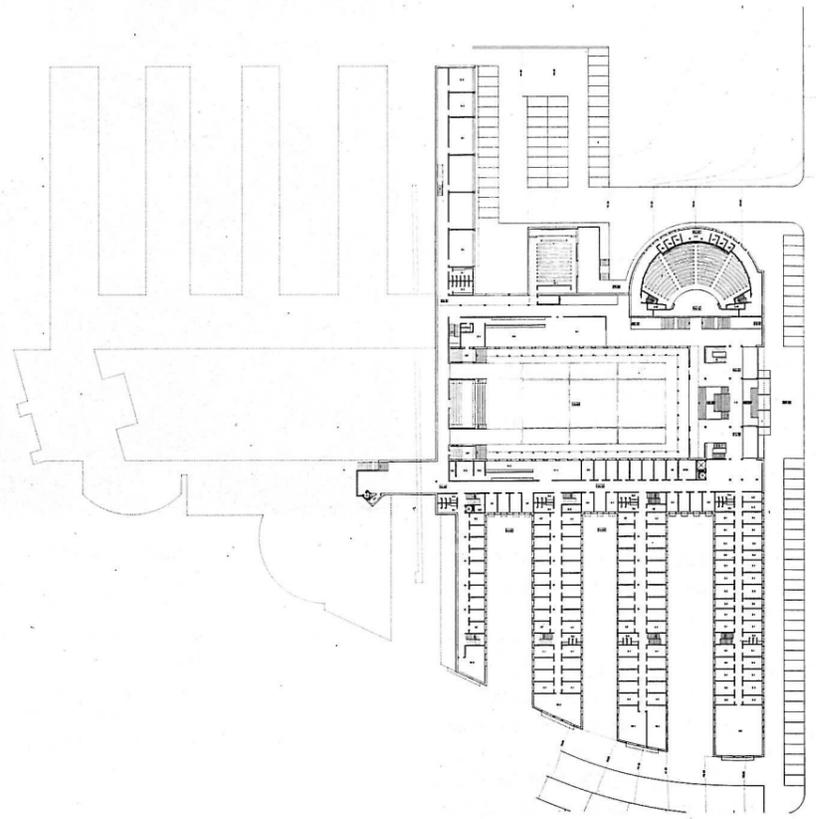
Sim, há uma grande conclusão! Sim, houve uma grande solidariedade entre concorrentes perante a forma como estava a ser conduzido o processo.

Porque, «a meio do concurso, quando se deu a viragem para a segunda fase, todos os concorrentes sabiam já que o objectivo não era a construção daquele edifício.» (Manuel Mateus)

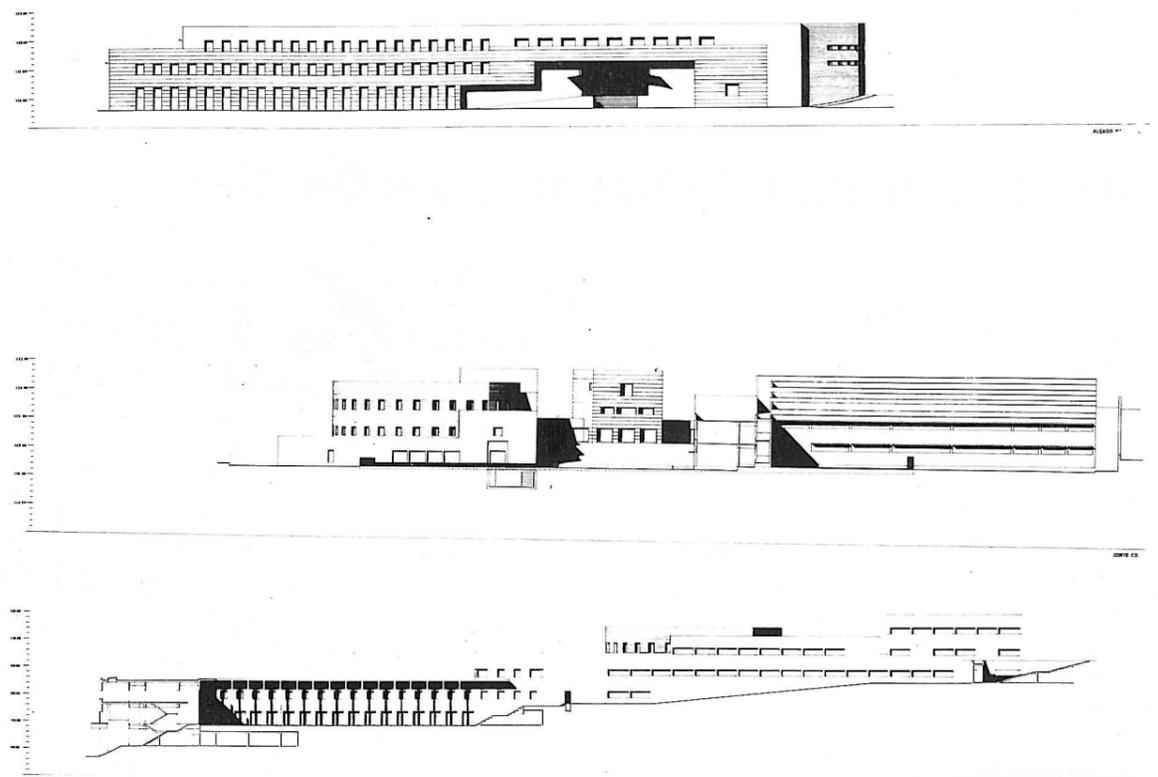
«O objectivo era a candidatura ao fundo de financiamento da CEE!» (Francisco Teixeira Bastos)



Suzana Nogueira Godinho



Planta Cota 114.00



FICHA TÉCNICA

PROJECTO:
Gonçalo Sousa Byrne/Manuel Aires Mateus

COLABORAÇÃO:
Sebastião Moreira

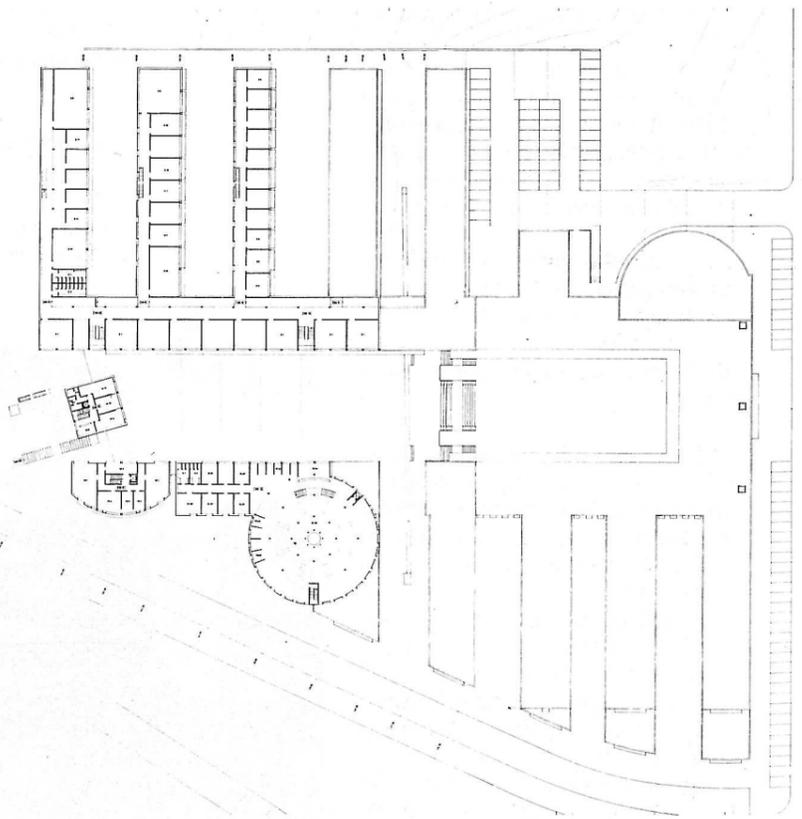
COLABORAÇÃO (2ª FASE):
Maria João Ferreira
José Laranjeira
Francisco Silva Pereira
Carlos Fazenda

ESPECIALIDADES:
Jorge Bastos-Est.
Ruben Sobral/Clemente da Silva I.E.
Luís Mendonça-A.E.
José Nobre-I.M.
Marta Byrne-Arranjos Exteriores

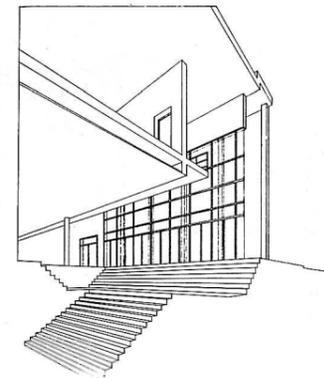
(...) Os condicionamentos impostos, de que se ressaltam a implantação, na sua quase totalidade, em dois pisos, associado à extensão do programa, desde logo obriga a um certo espraiamento pelo terreno, cuja inclinação dificulta a solução de circulações.

Uma certa dispersão imanente a esta «obrigatoriedade programática» levou a um certo esforço de convicção no sentido de estabelecer nexos e significados que, dentro do esquema fornecido de articulação do campus, conseguissem uma relativa autonomia de artefacto urbano numa relação algo fechada de forma e fundamento à falta de outras continuidades contextuais algo ausentes.

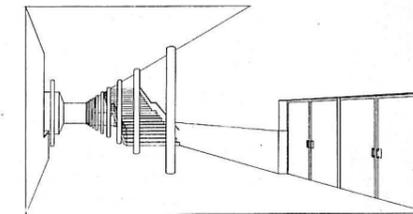
Em certo sentido o edifício procura «estabelecer-se» criando o seu próprio contexto, simultaneamente edifício e «fábrica urbana» em referência isolada à tradição tipológica dos colégios da velha Universidade de Coimbra ou da Universidade de Évora ou mesmo do Colégio dos Nobres (Faculdade de Ciências) do Século XVIII (...)



Planta Cota 126.00



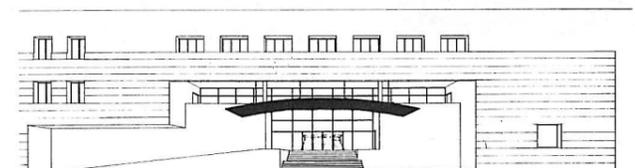
Átrio principal



Átrio do auditório



Espaço central



Entrada principal

Instituto Superior de Economia e Gestão

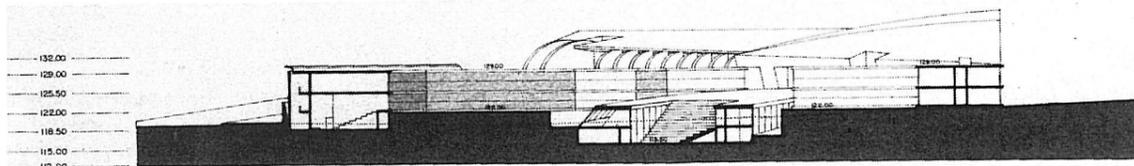
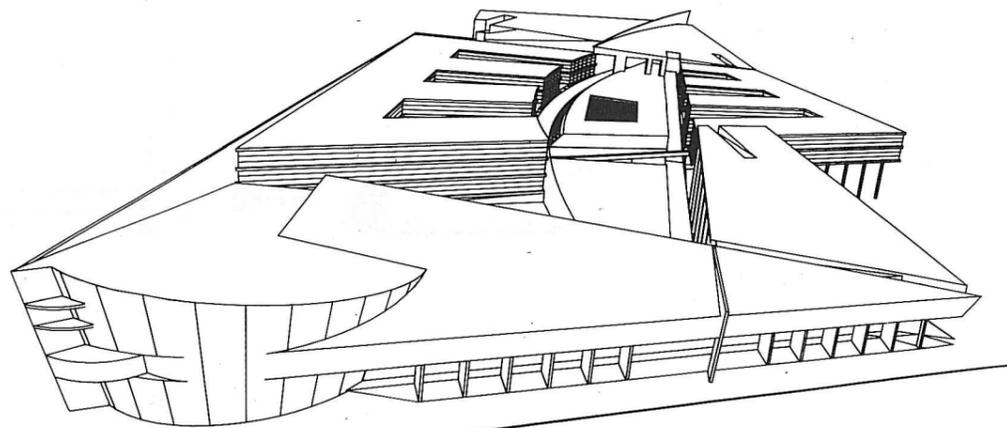
FICHA TÉCNICA

COORDENADOR:
Arq. Manuel Vicente

CHEFE DE PROJECTO:
Arq. José Caldeira

EQUIPA PROJECTISTA:
Arq. Francisco Teixeira Bastos
Arq. Filomena Ferreira
L. Marques (Fin. Arq.)
Arq. Ana Fonseca

TRATAMENTO INFORMÁTICO:
Vitor Coelho (Fin. Arq.)

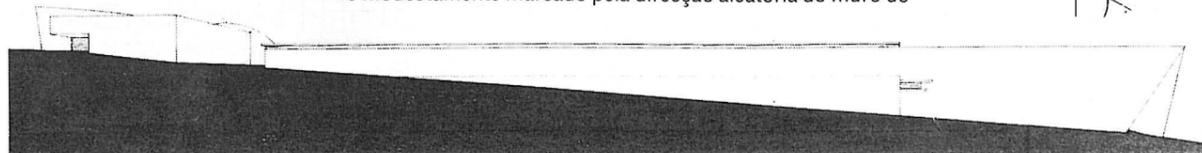
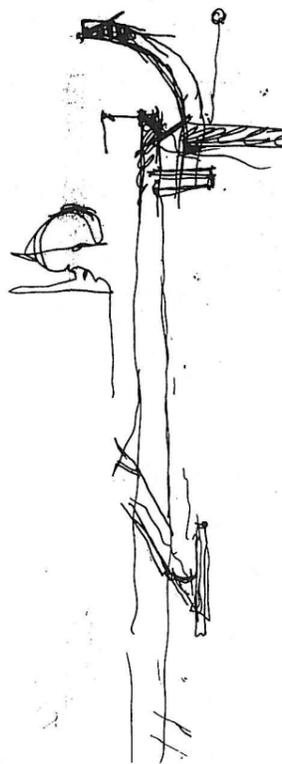


CORTE 5

A concepção de um projecto está perto do contar de uma história em que o interesse aumenta à medida em que as situações se apresentam mais sugestivas do que reveladas, apostando na relação de cada utilizador com os ambientes envolventes.

A nossa história, por assim dizer, é uma história de construções de grandes dimensões, com uma vertente lisboeta que se calhar começa no Convento de S. Francisco, um grande volume discretamente acomodado no quarteirão organizando-se sobre si próprio em torno do pátio interior. Percorre ruas antigas, intimistas, com pórticos cujo desenho se sente mas não cabe na profundidade de campo da máquina fotográfica. Passa por situações tão díspares como o Aqueduto das Águas Livres em que um muro se transforma em arcos gigantescos por sobre o vale de Alcântara, indiferente ao terreno que se afasta e se aproxima a seus pés. Ou a Cordoaria, rasteira no seu único piso que se poderia repetir indefinidamente. Detem-se na FIL para reparar que o desenvolvimento em extensão não é indiferente à escala e às marcações volumétricas, sob pena de resumir um conjunto que podia ser interessante a uma mera sequência de construções. Sobe a Ajuda e atravessa o palácio admirando a afirmação da entrada, confrontando-se com o envolvimento do pátio e saindo em direcção a Monsanto através de uma fachada de promessas que só a imaginação lhe reconhece realza na atitude surrealista.

Em Monsanto, o campo verde, pasto de imaginações encontra-se modestamente marcado pela direcção aleatória do muro do



ALÇADO SUL

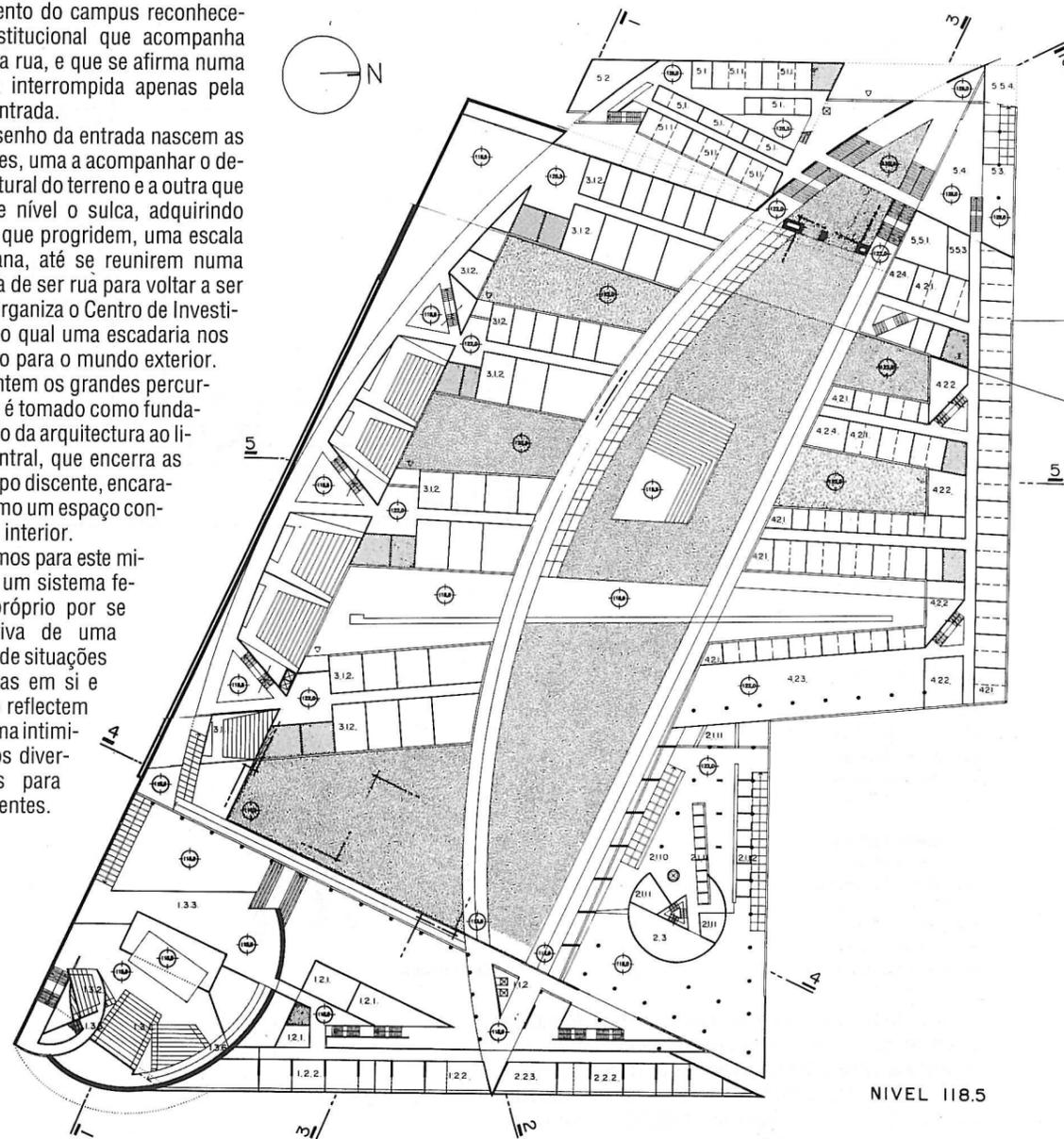
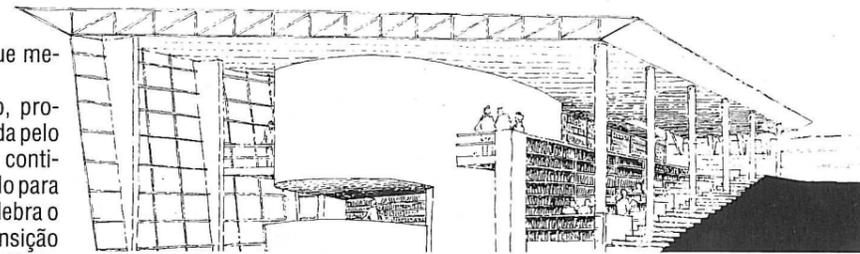
aqueduto, numa atitude tão teimosa que merece ser respeitada. Num vol-de-oiseau, revisitando o sítio, propõe-se então a ocupação do lote, marcada pelo plano inclinado do corpo de entrada, continuando a norte pela biblioteca e articulado para sul através da rótula do auditório que celebra o gaveto e constitui o elemento de transição entre a fachada principal e o grande paredão da fachada sul.

Junto ao arruamento do campus reconhecemos a frente institucional que acompanha sossegadamente a rua, e que se afirma numa marcação serena interrompida apenas pela identificação da entrada.

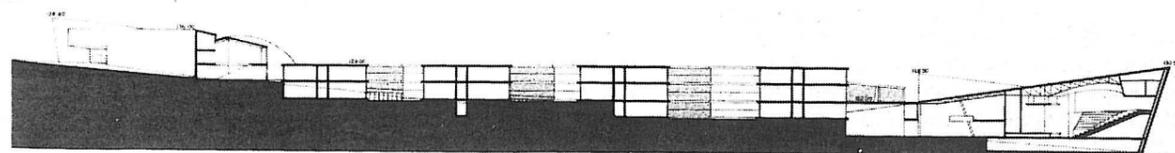
Amarradas ao desenho da entrada nascem as duas ruas interiores, uma a acompanhar o desenvolvimento natural do terreno e a outra que por se manter de nível o sulca, adquirindo ambas, à medida que progridem, uma escala francamente urbana, até se reunirem numa situação que deixa de ser rua para voltar a ser edifício, onde se organiza o Centro de Investigação e através do qual uma escadaria nos transporta de novo para o mundo exterior.

O sistema que contem os grandes percursos distribuidores é tomado como fundamental na definição da arquitectura ao libertar a «ilha» central, que encerra as instalações do corpo discente, encarada no conjunto como um espaço contemplativo do seu interior.

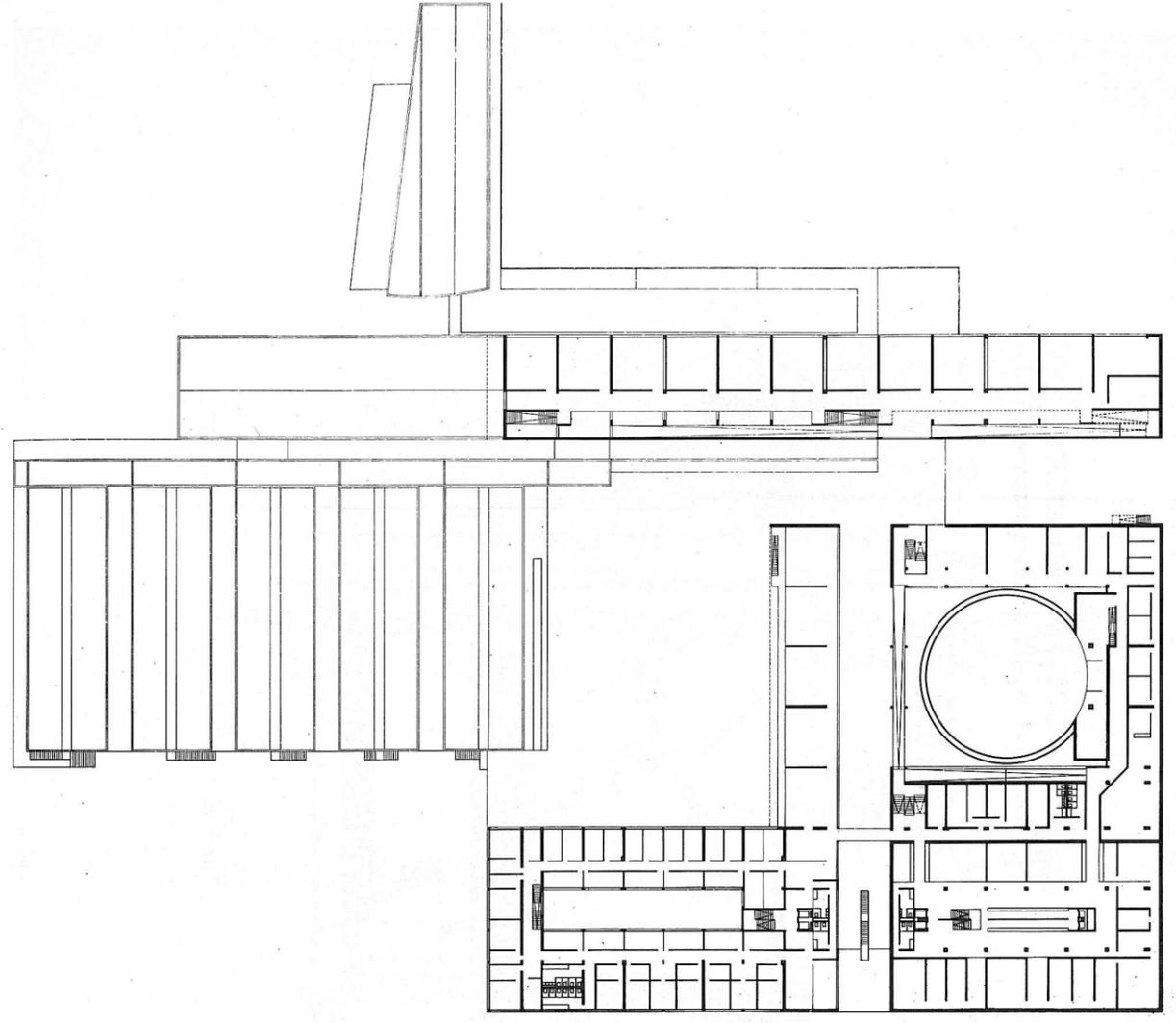
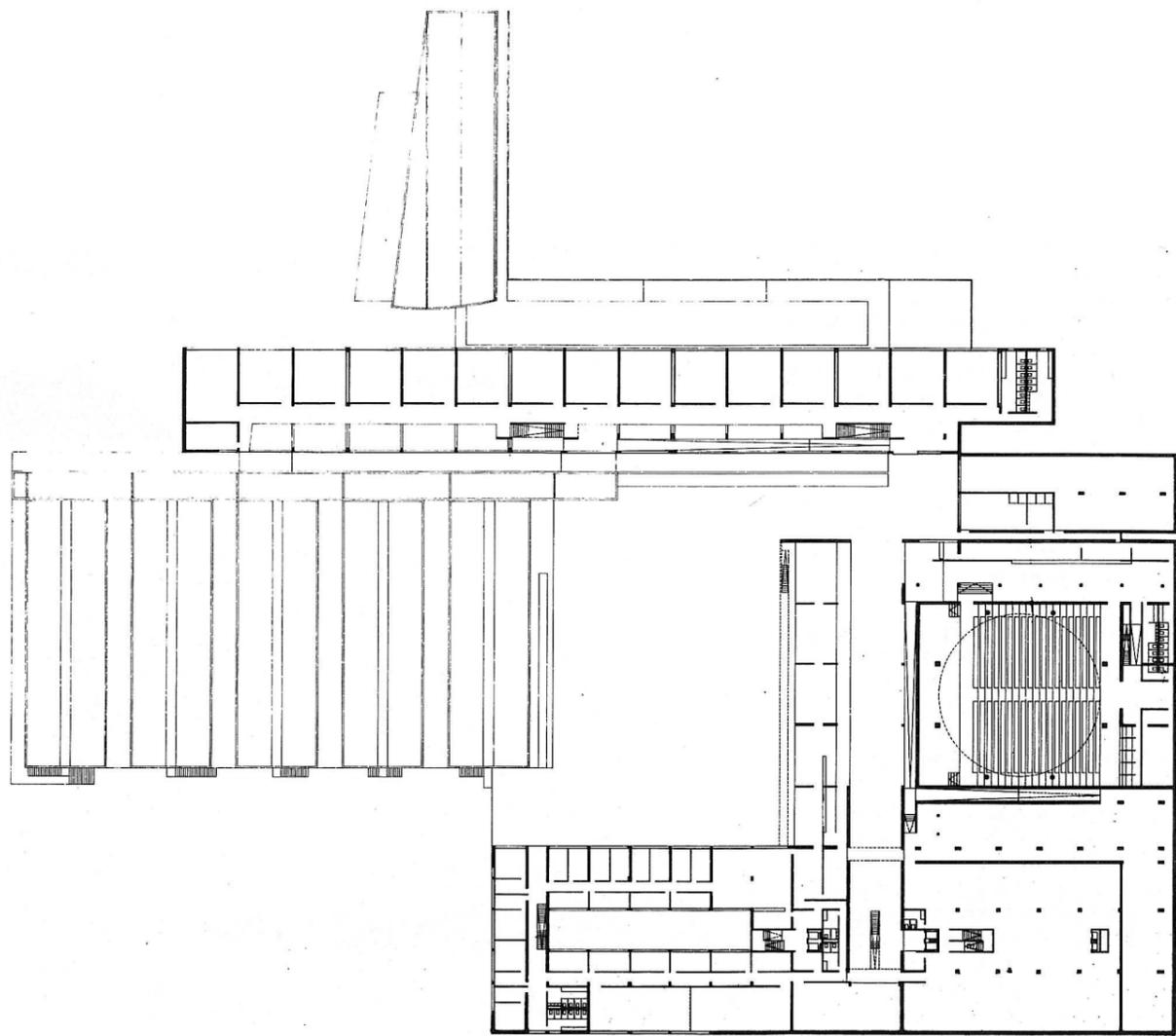
Globalmente, olhamos para este microcosmos como um sistema fechado sobre si próprio por se pretender que viva de uma grande densidade de situações espaciais, reveladas em si e na forma como se reflectem entre si, criando uma intimidade de momentos diversos e sugestões para apropriações diferentes.



NIVEL 118.5



CORTE I



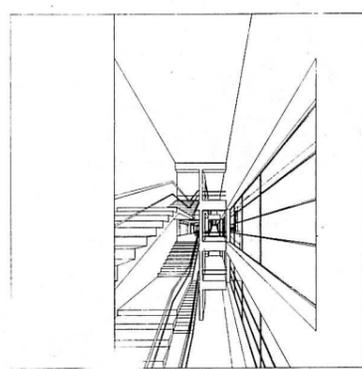
FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO:
 Arq^º José Martinez
 Arq^º Miguel Sousa

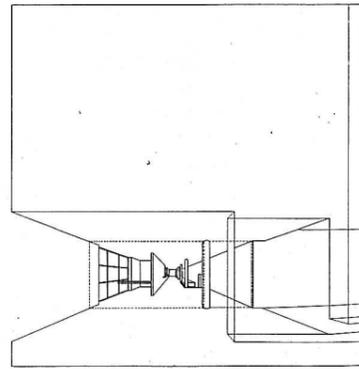
ARQUITECTURA:
AUTORIA DO PROJECTO:
 Arq^º José Martinez
 Arq^º Miguel Sousa
 Arq^º Miguel Braz

COLABORADORES:
 Arq^º José Beirão
 Arq^º Paulo Machado
 Arq^º Nuno Oliveira
 Arq^º Mário Chaves
 est.Arq^ª Susana Oliveira
 est.Arq^ª Cláudia Maia

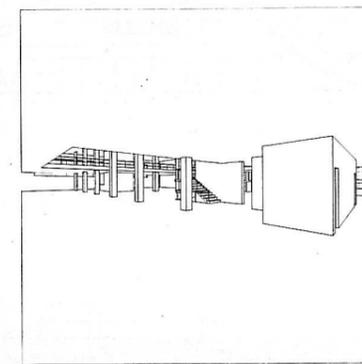
Aliada a uma concepção depurada, em que as formas se assumem de um modo natural e em conformidade com as condicionantes funcionais, existe uma ideia de Faculdade que se traduz num contexto e numa estrutura urbana individualizada. Tem-se um espaço hierarquizado onde elementos como a rua, o pátio e a praça, surgindo de uma interpretação do terreno e do programa fundem-se com os volumes, assumindo-se como elementos dinamizadores e referenciais no projecto. (...) É na sequência da linha de água que surge a entrada principal do ISEG. É um percurso estreito, definido por dois volumes de dinâmicas diferentes que nos conduz ao «plateau», elemento centralizador, a partir do qual se tem acesso a todos os edifícios. (...) O «plateau» surge do quadrado, definido por cheios e vazios tornando-se no elemento estruturador de todo o projecto.(...)



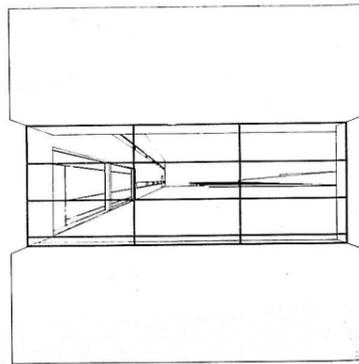
Bloco de aulas



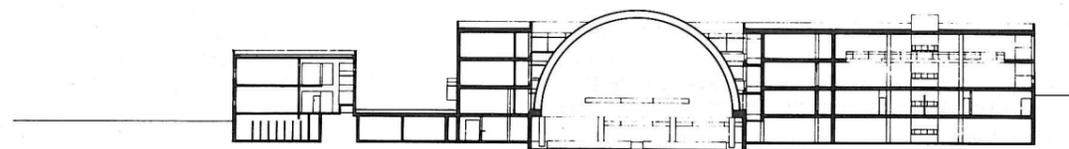
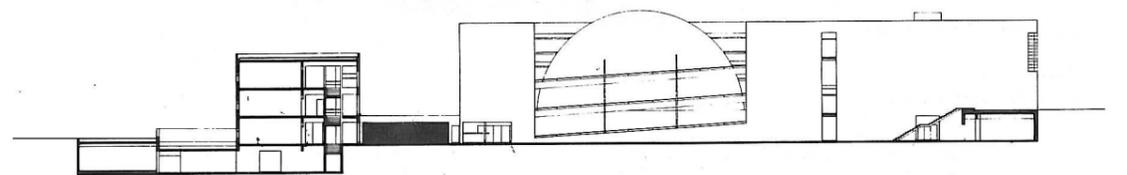
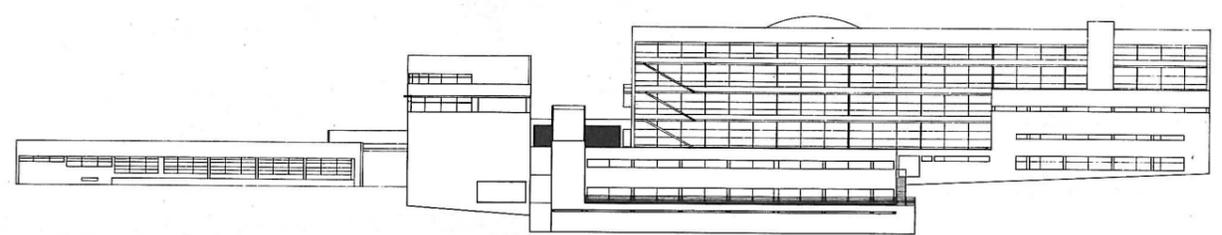
Foyer-audatório

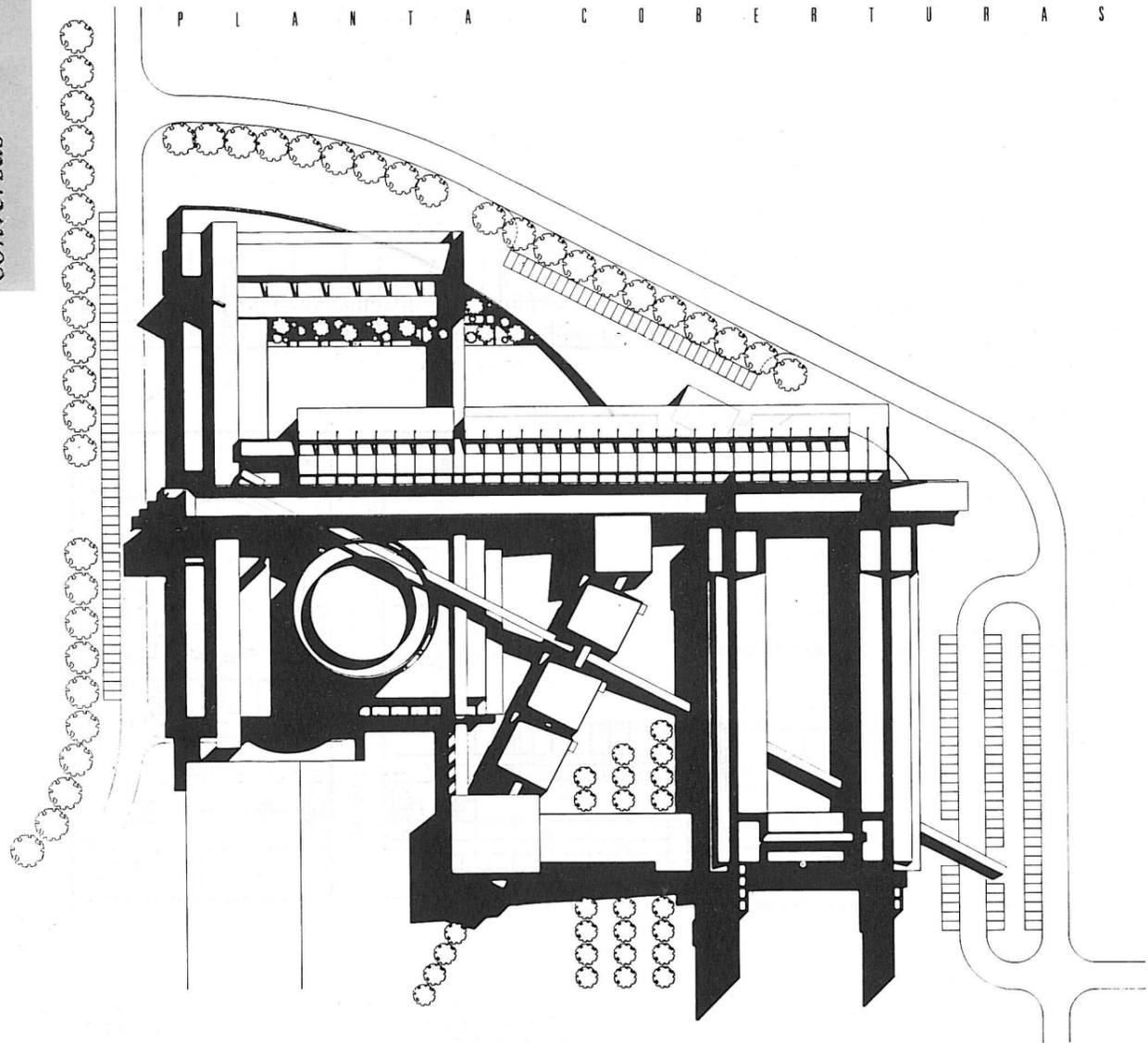


Biblioteca



Bar





FICHA TÉCNICA

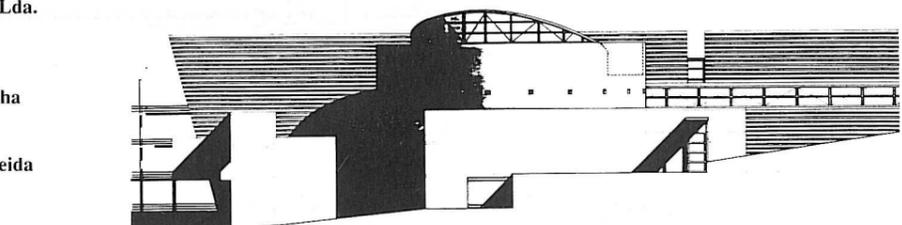
ATELIER GITAP:
Gabinete de Estudos e Projectos, Lda.

ARQUITECTURA:
COORDENADOR:
Arq^o José Carlos Martins Bolotinha

COLABORAÇÃO:
Arq^o Gisela Mascarenhas de Almeida

ESTRUTURAS:
Eng^o Álvaro Geraldes Pinto

PAISAGISMO:
Arq^o Isabel Teixeira Dinis



A L I Ç A D O B O R T O R I E

O lote de implantação do edifício do ISEG, situa-se no limite sul do polo universitário da Ajuda, sofrendo a sul o contacto directo com a malha urbana, em oposição à mata a norte. Surge assim a criação de espaços contidos e definidos a sul e de maior fragmentação a norte.

Estruturando todos os volumes, surgem das circulações/percursos que se interceptam no ponto gerador do átrio:

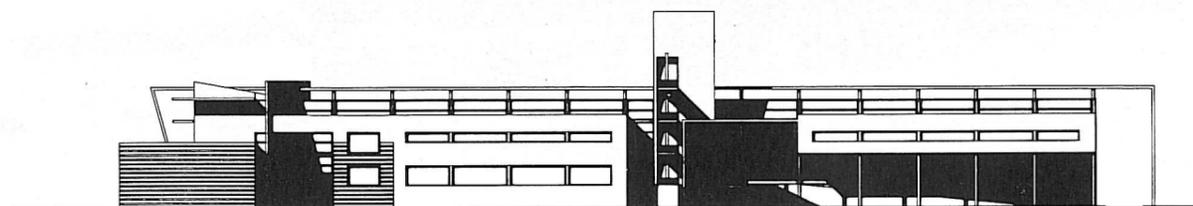
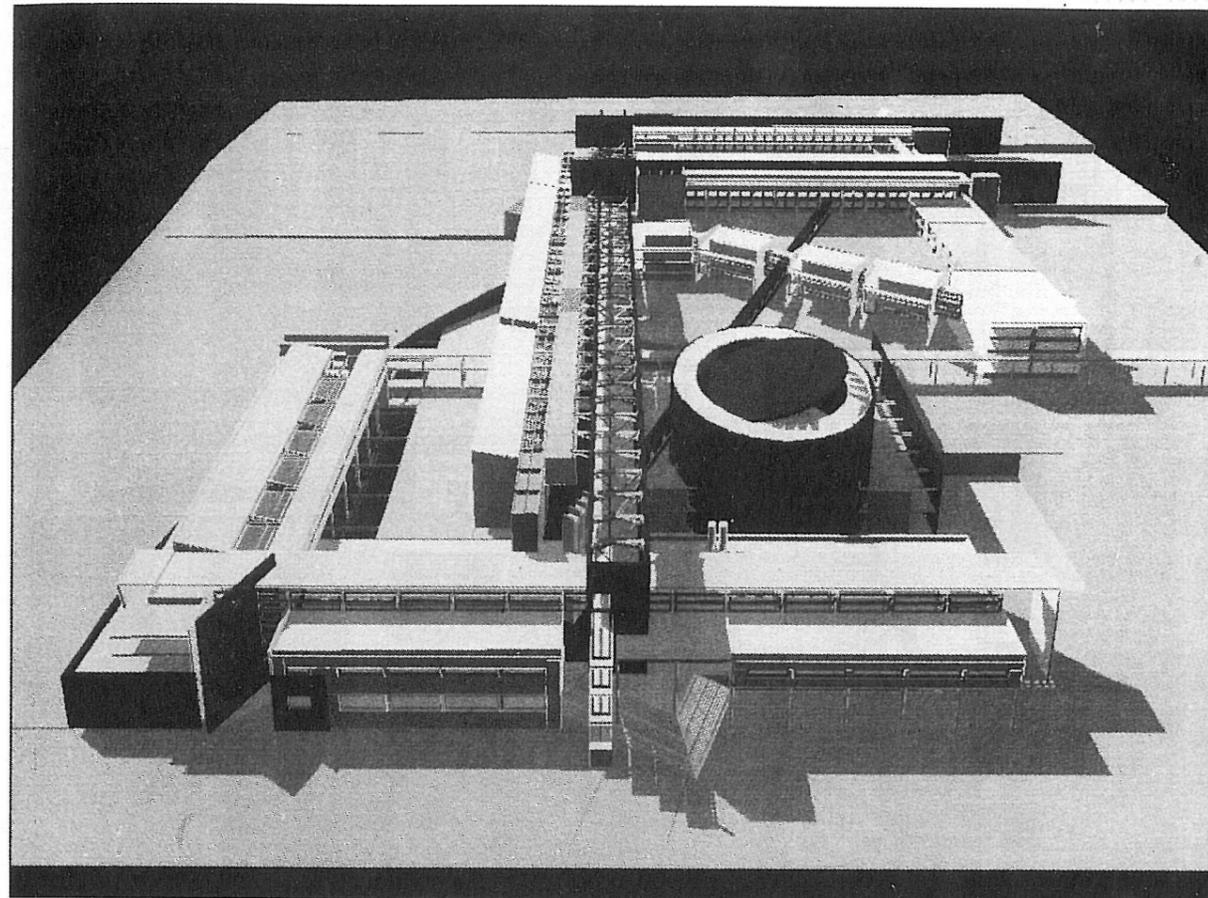
o percurso principal volume rampeamento
o percurso alternativo linha diagonal
Estes percursos materializam as duas direcções dominantes do projecto, estruturando-as. A sua interpenetração cria espaços de tensão, de superfícies convergentes ou divergentes.

O terceiro elemento estruturante, é o cilindro que constitui a biblioteca, forma pura que reflete o seu carácter figurativo e monumental.

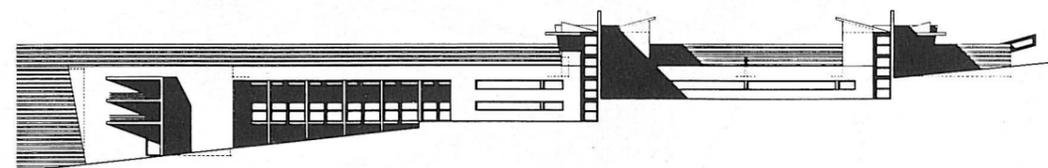
Estes elementos conferem a *unidade da universidade* que foi procurada no projecto, cuja articulação espacial bastante completa, é simplesmente a materialização de um organigrama que satisfaz todas as funções e inter-relações, através da sua correcta hierarquização.

A convicção geral da ideia arquitetónica para o edifício, baseia-se na transposição simples e poderosa, das ideias e funções do edifício, criando uma relação de formas e volumes *verdadeiros*, sem desvios que diminuam a sua importância.

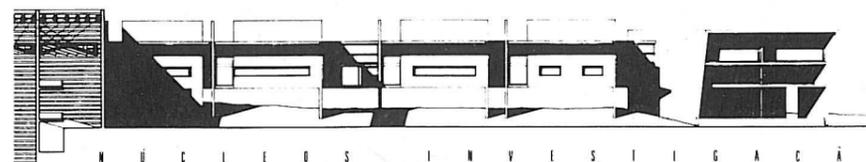
Arq^o Carlos Bolotinha



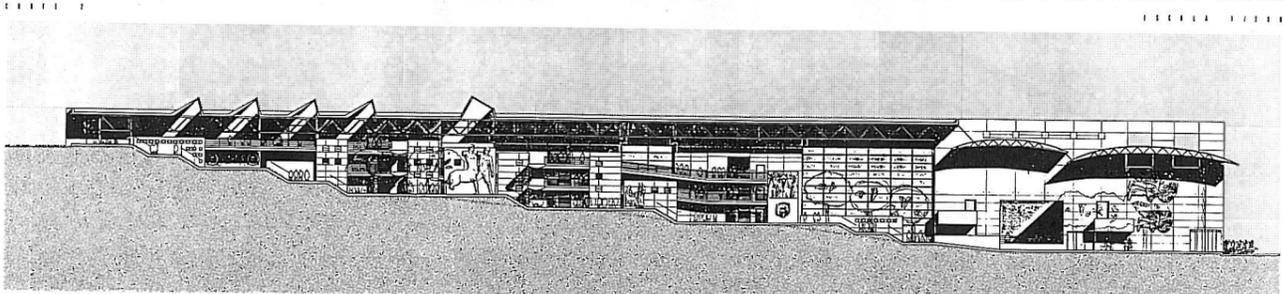
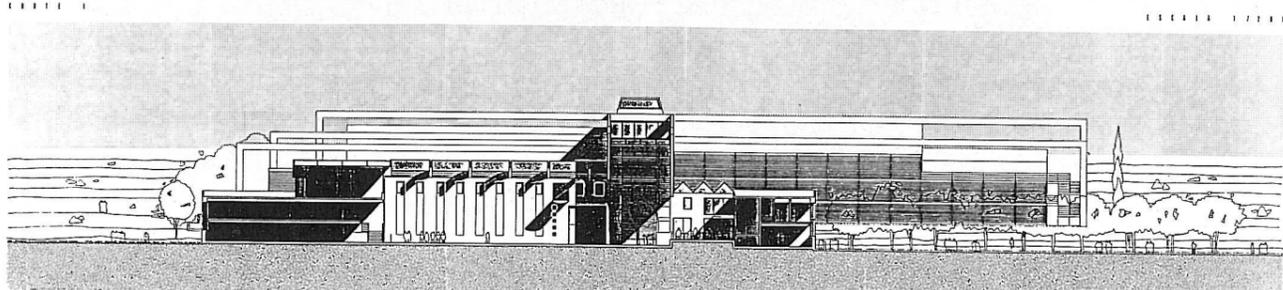
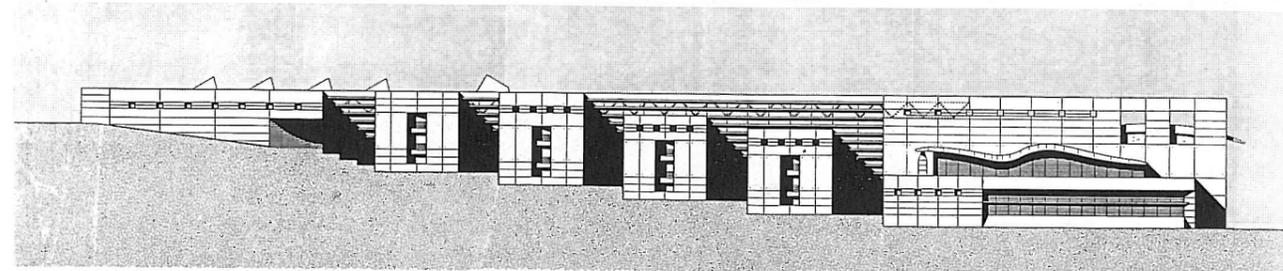
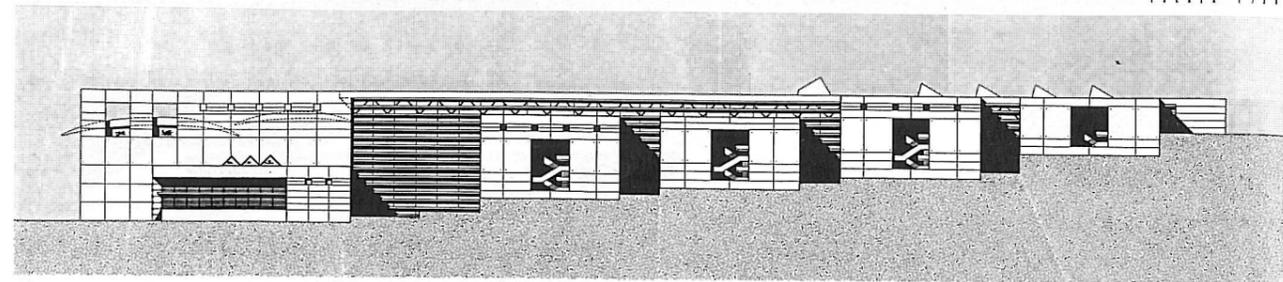
A L I Ç A D O B O R T O R I E



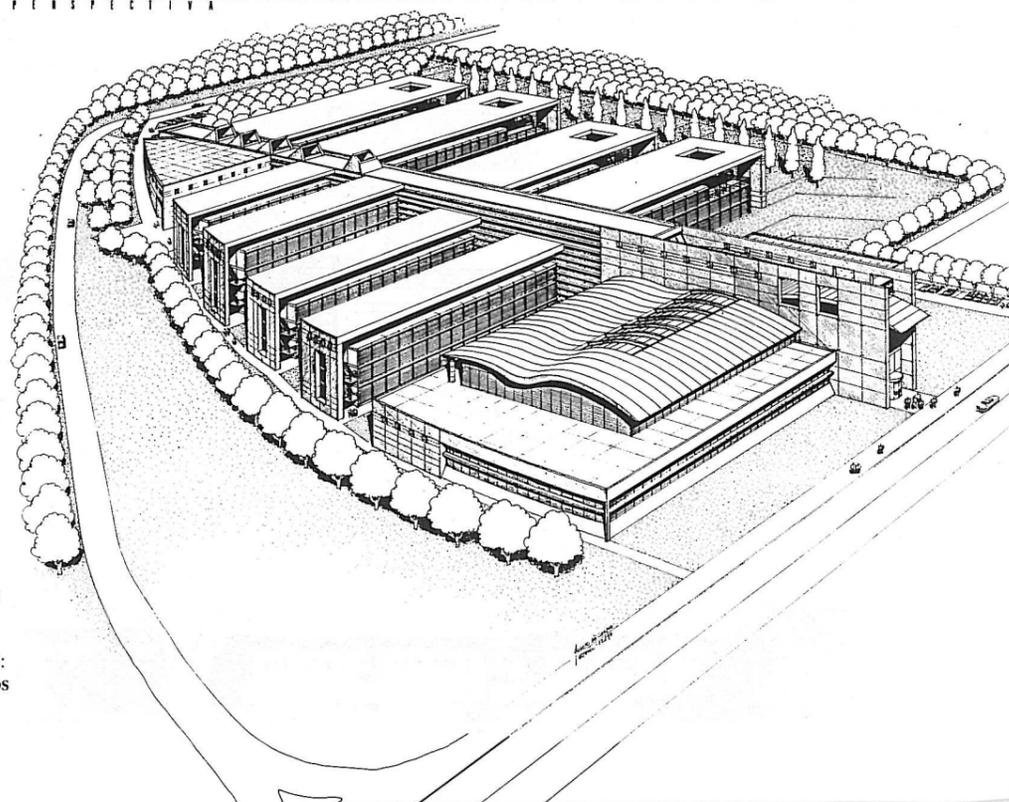
A L I Ç A D O B O R T O R I E



N Ú C L E O S I N V E S T I G A Ç Ã O



PERSPECTIVA



FICHA TÉCNICA

ARQUITECTURA:
COORDENADOR:
Arq^o Mário Sua Kay

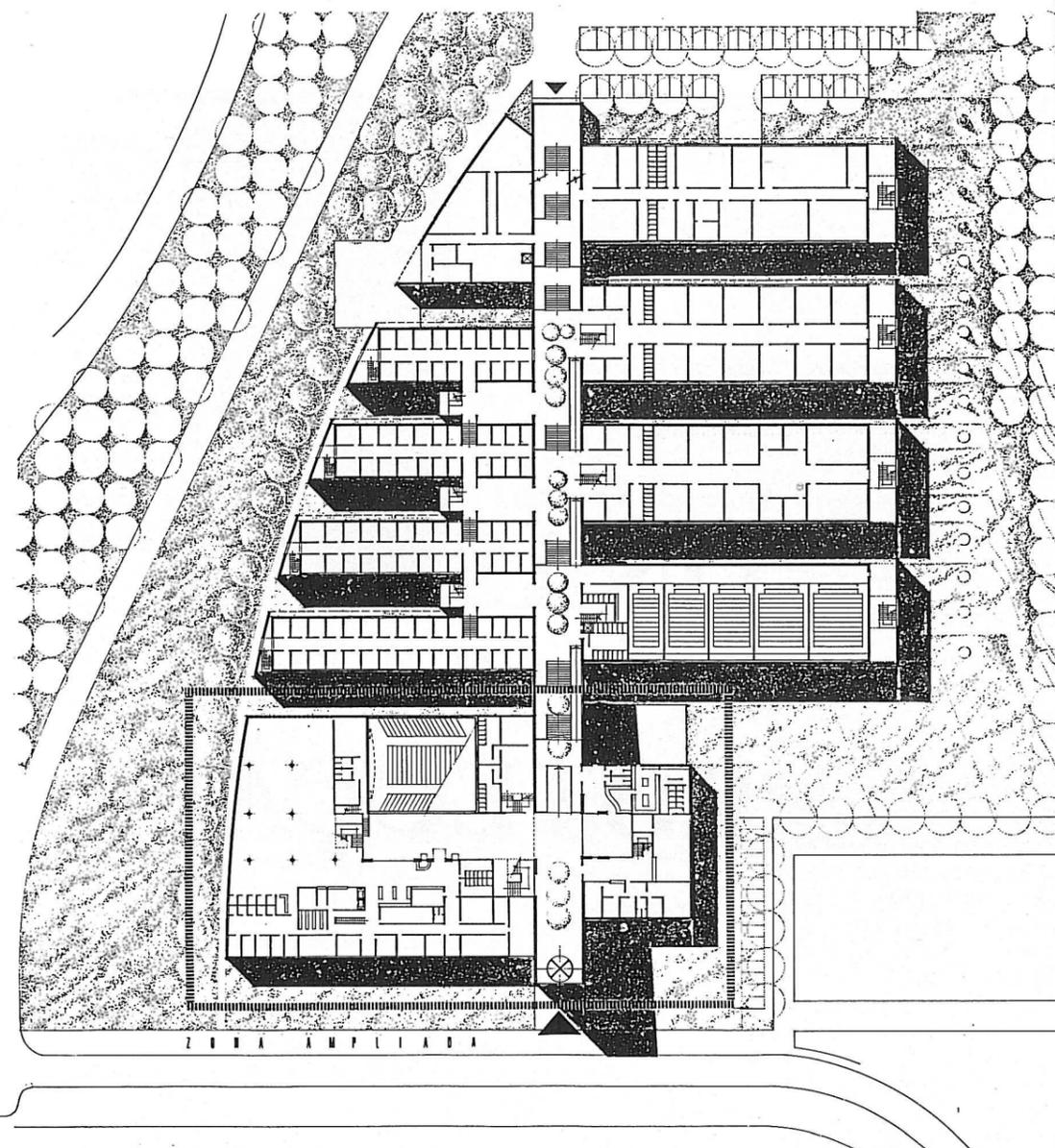
COLABORADORES:
Arq^o Gabriela Esteves Pereira
Arq^o Elsa David da Fonseca
Arq^o Daniel Reimann
Arq^o Victor Sambado

ESTABILIDADE:
GAPRES

INSTALAÇÕES METÁLICAS:
GET

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS:
Rodrigues Gomes & Associados

ARRANJOS EXTERIORES:
PROAP



Procurou-se o rigoroso cumprimento das prescrições programáticas, combinadas com objectivos estéticos, ambientais e de redução de custos, numa proposta consentânea com a dignidade de um espaço de cultura, sem detrimento das necessidades de convívio e lazer que o contacto quotidiano entre professores, alunos e funcionários obriga a que sejam o complemento indispensável do trabalho.

A volumetria surge da tentativa de adequação de um programa exigente, segmentado e extenso com um terreno de declive particularmente difícil. Por um lado as condicionantes programáticas no que respeita ao número de pisos e condições de iluminação apontavam para uma solução simultaneamente extensiva e segmentada. Por outro lado tal solução resultaria de implantação delicada, quer pela densidade de ocupação e declive do terreno, quer pela extensão das circulações interiores, consequência da segmentação e dimensão do programa.

A compatibilização da solução funcional, ela própria extremamente exigente pela necessidade de traçados eficientes entre os diversos núcleos, com a resolução eficaz dos problemas atrás mencionados, constitui o grande desafio do projecto e, simultaneamente definiu as bases conceptuais para a sua imagem.

Na sequência da entrada principal (definida de acordo com a localização solicitada), estabeleceu-se uma grande galeria de circulação, eixo fundamental de toda a estrutura onde confluem todos os acessos aos diferentes núcleos, resultando uma imagem caracterizada fortemente pela perspectiva profunda que este grande eixo estabelece, animado pelo movimento dos alçados laterais interiores que marcam ritmos, mudanças de nível e de luz, pelo traçado de uma rede de ligações interiores que através da galeria se estabelece entre os diferentes níveis.

O conceito da imagem arquitectónica apresentado tem na escolha dos materiais a base do seu impacto estético.

A opção de materiais como o betão, o vidro e o aço, definem uma imagem que se pretende sólida, dinâmica e com ambientes de uma grande fluidez e

transparência nos quais a luminosidade tem um papel preponderante.

Definindo-se como elementos geométricos simples as paredes e as lages de betão, de grande espessura, flutuam rectilíneas sobre a transparência e a leveza dos vários corpos laterais.

As grandes fachadas envidraçadas acentuam a sua marcada horizontalidade com estores exteriores, fixos, metálicos e orientáveis.

No caso da galeria central, esses estores transformam-se em «brises-soleil» de maior dimensão, acompanhando da mesma forma a grande horizontalidade da espinha dorsal do conjunto.

As paredes e as lages espessas de betão que «sobrevoam» os blocos laterais encostam à superfície envidraçada, dando a sensação de a atravessarem, observando-se permanentemente a justaposição de elementos contrastantes e tirando constantemente partido das diversas características dos materiais empregues.

Ao longo da galeria duas asnas metálicas percorrem o seu comprimento suportando a lage de cobertura em betão e de grande espessura.

Essa lage é pontuada por um jogo geométrico de claraboias contribuindo para a riqueza da luminosidade da galeria central.

A zona da galeria próxima à entrada é ladeada por duas imponentes paredes de betão, animadas pela marcação de uma estereotomia, modular e ritmada. Encontra-se coberta por uma estrutura metálica semelhante a duas asas de avião que «sobrevoam», dinâmicas, um espaço de grandioso pé direito.

Para contrabalançar a noção de solidez, imponência e seriedade conferida à obra pelo uso destes materiais, o conjunto é aligeirado pelas estruturas curvas da cobertura anteriormente referidas, por pirâmides translúcidas e por uma estrutura ondulante parcialmente transparente que cobre o bloco da biblioteca e do auditório.

Jogando deste modo com elementos contrastantes pretendemos dotar o edifício da Faculdade de Economia de uma personalidade muito própria, de grande solidez e alguma irreverência, introduzindo elementos lúdicos ao longo de toda a sua sobriedade.

ZONAS ESPECIAIS de PROTECÇÃO

ARQUITECTOS DE PORTUGAL

ZONAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO

Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses

À venda na Associação dos Arquitectos Portugueses
PREÇO DE CAPA 2000\$00 • ASSOCIADOS/ESTUDANTES 1800\$00



ARCHITÉCTI

Revista de Arquitectura e Construção
Lisboa, Editora Trifório, Lda.
1990 - 104 Pág.

Com o número 6 da revista Architécti assistimos ao regresso do, infelizmente, único período de Arquitectura do nosso País.

O número baseia-se num intercâmbio ibérico, apresentando duas componentes de renovação/reconversão/readaptação/re..., de dois arquitectos reveladores de posições opostas em relação à concepção da própria Arquitectura: Manuel Graça Dias e José Llinás Carmona.

Para além dos nomes supracitados, é apresentado um artigo relativo ao Retiro Tagaste, obra da autoria de João Castro Filho, localizada no Estado do Pará (Amazónia), incidindo numa vernacularidade associada ao estudo de energias alternativas, e o retomar do tema - Macau, agora com base no «Projecto Global de Tratamento e Recuperação das Ruínas de S. Paulo», por José Manuel Neves.

«A Arquitectura é forma e substância - abstracta e concreta -, e o seu significado provém das suas características internas e de um determinado contexto. Um elemento arquitectónico percebe-se como forma e estrutura, textura e material» - Robert Venturi.

(«Complejidad y Contradicción en La Arquitectura» - 1966).

Manuel Graça Dias apresenta-nos o, já famoso, Belém Clube-Museu, no Espelho d'Água, antecedido por uma breve retrospectiva fotográfica e escrita das suas obras.

O olhar provoca as sensações, os choques emocionais, o que queremos realizar fazendo com que perdure uma irrealidade da imagem que nos foge, como no cinema, passando o espectador para realizador da mesma como verdadeiro autor.

A cenografia vive sempre de uma ideia com teor dramático, poético, de tempo e de espaço, não podendo «sobreviver» como a Arquitectura - esta é eterna. O espaço teatral possui uma imagem, efémera como a voz e o gesto dos actores, por um lado, a Arquitectura tem vida em gestos criativos, fortes e simples, ao mesmo tempo, por outro.

Ao movimento estonteante das experiências em mudança alia-se a experiência lúcida e lúdica - da base; do trabalho - o desenho.

«Excessivos, vão construindo elegâncias. Obsessivos, vão pertendendo liberdades. Exagerados, desiludem a verdade. Convictos, exploram fragilidades.» J.L. Carrilho da Graça. («Estes Desenhos Tortos» - MGD - 3 Bocados Morceauk - 1988).

As obras revelam uma prova de diversos caminhos - (percursos, várias escalas do pensamento, da procura, - enfim, das diversas experiências vitais, assegurando - o denominador comum entre elas - a memória).

O «Combóio Fantasma», Belém Clube-Museu segundo Manuel Vicente, «vê-se ao espelho», isto é, demonstra a existência de uma «simetria» entre duas partes, provocada por um eixo longitudinal forte e ritmado - o corredor -, a cada «divisão» afirma a sua função dialogando com a função adjacente, encontrando-se num espaço comum. A ideia de projecto levamos a um conjunto de espaços e/ou formas de diferentes ambientes e atmosferas confrontando-se com diferentes alturas, sensações e tensões, materiais e texturas, num «less is bore» (menos é chato) venturiano.

Quanto à obra de Josep Llinás Carmona - Reformulação do Museu Arqueológico de Barcelona, percebe-se a sua interligação ao recente movimento de Arquitectura contemporânea proveniente da Catalunha.

«Bebendo», da «Escola de la Sota» um «less is more» relativamente à estrutura das coisas, baseado, por este último, nas obras dos mestres modernistas, ele procura um essencialismo/purismo formal relacionado igualmente à estabilidade.

A obra em apresentação, ainda por finalizar, realiza-se num edifício de características e/ou espírito do renascimento italiano.

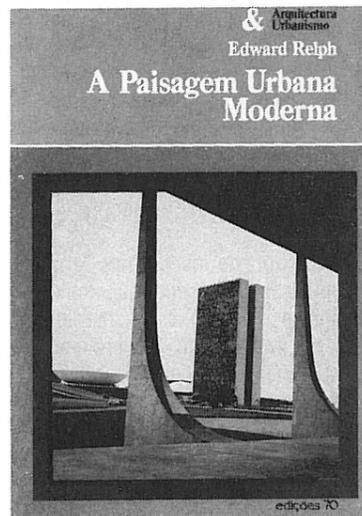
A recuperação/reconversão em Museu de Arqueologia, encontra o elo de ligação entre espaços/funções num espaço hexagonal com uma centralidade classicamente assinalada, e pela sua geometria demonstra uma versatilidade em múltiplas faces e direcções/orientações das provenientes - mantém-se o coração do edifício.

Este hexágono, planimetricamente falando, sofreu um redimensionamento voltando à magnitude e escala originais.

Deciframos jogos simples e delicados de composição baseados na(o) ideia(l) de clareza e perenidade, e na introdução de elementos independentes geometricamente definidos, tentando ser estabilizadores. No jogo claro/escuro a luz natural reassume um papel protagonista, retomando a filtragem zenital das descobertas como elemento mítico de ascensão e tornando as janelas «elementos de descanso da vista ou de referência exterior» (notas do Autor).

A Arquitectura torna-se bastante «solta», arbitrária, perde fronteiras. O processo de colagem/síntese permanece característico - recolhem-se elementos dispersos no tempo e no espaço que se reassociam e reanalisam com o intuito de valorização.

Victor Carreira Araújo



A PAISAGEM URBANA MODERNA

Edward Relph.
Edições 70. 245 Págs

A Cidade, expressão física da Urbanidade Humana, ganha a sua forma moderna na cultura ocidental na cidade Itálica, no século XV. A cidade Urbana, perdida desde as invasões bárbaras, perdura como uma ideia nostálgica do esplendor romano, reportando-se como uma ideia de excelência e favor despoletador da actividade burguesa latente à natureza mediterrânica.

A cidade medieval, desenvolvida e contida sobre si própria, em que as construções se amontoam sobre si próprias ao longo de canais orgânicos, vem a seu tempo reclamar a introdução da cidade planificada, mais própria do Humanismo Clássico, que redescobre. O Urbanismo Helénico e Romano, caracteriza-se já pela inteligência do Lugar, na sua escala e desenho, numa coerência única entre a organicidade e o sentido de oportunidade, pelo entendimento da paisagem com a funcionalidade urbana.

O início do conceito de cidade estruturada/estruturadora, ergueu-se sobre o sonho obsecante da construção do Edén na Cidade onde vive o Gentil Huomo, vem consciencializar a realidade nova e própria da centralidade universal do Homem. A perfeição imaculada da cidade imaginada, geométrica e proporcional, contrapõe-se à cidade existente, informe e dominada pela anarquia funcional. A desenvoltura das ideias e dos conceitos, vem chocar frontalmente com o traçado consolidado, e os dois traçados são cortados e interrompidos a espaços, para que os remendos se contraponham e se anulem.

Esta forma de fazer cidade, e porque o caos assim o exige, vem então afirmar-se nos séculos seguintes. As únicas excepções feitas, são devidas às Cidades Ideais, inventadas e afirmadas duramente à Natureza, para que a invenção

geométrica e o idealismo urbano possam triunfar.

Contudo, o esforço titânico da glória alcançada, revela-se quase sempre efémero, quais cenários gigantes desproporcionados e ameaçadores, mortos à nascença, como efeitos de quimeras intemporais. Em todos os exemplos a apropriação do espaço urbano é de carácter nefasto, condicionador e ameaçador. Quase sempre a sua invenção obedece a eixos de poder a percorrer e revelar, ideais a inculcar, formas a dominar.

É precisamente sobre estes três grandes vectores das cidades ideais que à força do uso se converteram em virtudes urbanísticas, que a **Paisagem Urbana Moderna** se manifesta. Reflete também, e sobretudo, sobre os agentes intervenientes e os utilizadores, que pela sua atitude e visão crítica, se manifestam quase sempre de uma forma passiva.

O nascimento do novo urbano Homem da Terceira Geração, com novas e grandiosas exigências, conduziram de novo às grandes interrogações solucionadas, houve tempo, com o inventar da cidade Moderna. Estas interrogações, são neste livro, apaixonada e desconcertantemente observadas e experimentadas, descartando eficazmente os resultados da Urbe Industrial Moderna, desprezada e consumida, cosida à Cidade Ideal, cosida esta à Cidade Orgânica.

As cidades tecidas, erguidas e estruturadas levemente sobre certezas incertas e falácias fáceis, conduziram ao colapso do corpo orgânico (sobretudo as Americanas, novas, de crescimento explosivo e de dimensão automóvel). A grande ajuda de **A Paisagem Urbana Moderna** é sobretudo válida pela atitude clara de reflexão sobre os alicerces e consequências dos valores com que a Paisagem Urbana se incorporou no desenvolvimento social e cultural do Ocidente. E, inversamente de como foi motora de desenvolvimento. E, por fim, de como nos seduz e atormenta tanto ainda.

Disco recomendado para audição nas várias leituras deste livro:

Obey the Time do grupo **The Durutti Column**

Mário Chaves

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA

Dezembro

Publicações periódicas portuguesas

Boletim Municipal, C.M. Loures, nº 81

Casa & Decoração, nº 63

Engenharia e Arquitectura, nº 23

Indústria da Construção, Revista Técnica de Construção Civil e Obras Públicas, nº 100

Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros, nº 44

Materiais de Construção, Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção, nº 31

A Pedra, Revista Técnica de Mármore, Granitos e Ramos afins, nº 37

Poder Local, Revista de Administração Democrática, nº 99

Urbanismo e Construção, nºs 259 e 260

Publicações periódicas estrangeiras

A + Architecture, Centre d'Information de l'Architecture, de l'Urbanisme et du Design (Bruxelas), nº 109
Dossier: Urbanisme, architecture, investissement. Deuxième partie: Bruxelles

The Architect's Journal (Londres)
nº 23: News - Scandal of the wage Slaves; Battersea watches the clock. Feature - Pupillage of academia?. Buildings - Blue Boar Court. Review - Christmas books special
nº 25/26: News - Max's successor revealed; HKPA's japanese university. Christmas special issue - How do architects design? And who really takes the decisions?

Architecture, incorporating Architectural Technology, The American Institute of Architects (Nova Iorque), nº 10
(on the strip, enriching the glass box)
Architecture/Bouwen, nº 11

Casabella, Rivista Internazionale di Architettura (Milão)
nº 572: Concursos de arquitectura - Sextius-Mirabeau, Aix-en-Provence, três igrejas em Milão, centro administrativo regional de St. Polten; interpretação analítica da Praça de S. Pedro de Bernini por Leonardo Benevolo; Wilfried Wang relê as obras mais significativas de Peter Celsing; comentários à obra de Alejandro de la Sota por L. Domènech Girbau.
nº 573: Vladimir Grigorevich Shukhov (1853-1939), apresentação deste engenheiro; A r-

quitectura - Collezione Building, Tóquio de Tadao Ando, central e uma casa de Gullichsen, Kairamo, Vormala, Finlândia; Biblioteca Joan Miró, Barcelona de Galí, Quintana, Solanas.

Noticias de la Construcción (Barcelona), nº 35

Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme (Barcelona), nº 184

Dossier: Los Angeles e Nova Iorque

RIBA Journal, Royal of British Architects (Londres), nº 12
(Tribute to Berthold Lubtrkin; Lorimer - the scottish lutyens; old Kent Road Railway revival)

UR - Urbanismo Revista, Laboratorio de Urbanismo de Barcelona
nº 7: Ludovico Quaroni
nº 8: Cornelis van Eesteren

MONOGRAFIAS

BAIRROS DEGRADADOS DA CIDADE DE LISBOA
Bairros degradados da cidade de Lisboa / Luis Sockza, Paulo Machado, Maria João Freitas. - Lisboa: LNEC, 1990 - /4/, 36 p.: il.; 25 cm. - (LNEC, memória nº 751)

BARCELONA GUIDE DESIGN
Barcelona Guide Design: Barcelona itineraries for designers, architects and others / Juliet Leiz, Ricardo Feriche - Barcelona; GG, 1990. - 96 p.; 23 cm

CENTRAL GLASGOW
Central Glasgow: an illustrated architectural guide / Charles McKean, David Walker, Frank Walker. - Edinburgh: Mainstream Publishing, 1989. - 206 p. : il.; 22 cm
ISBN: 185158-201-0

MODELAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ABASTECIMENTO
Modelação de redes de distribuição de água / Helena Alegre - Lisboa: LNEC, 1990. - IX, 62 p.; 30 cm

MOITA. CÂMARA MUNICIPAL
Plano director do Concelho da Moita - [Moita: CML], 19?? - [16] p.: il.; 21x21 cm

OCDE
L'enseignement et la formation après la scolarité obligatoire: locaux, équipement et liens avec les entreprises: conclusions d'un colloque tenu à Espoo, Finlande, mai 1990. - Paris: OCDE, 1990. - 35 p.; 26 cm

LEGISLAÇÃO

Dezembro/1990

Ministério da Justiça
Decreto-Lei nº 410/90, I série, (300) de 31/12/1990

Altera o artº 22 do Decreto-Lei nº 42/89, de 3 de Fevereiro (Registo Nacional de Pessoas Colectivas)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Decreto-Lei nº 396/90, I série, (284) de 11/12/1990

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 89/440/CEE, do Conselho, de 18 de Julho

Ministério do Planeamento e da Administração do Território
Decreto-Lei nº 282/90, I série, (283) de 10/12/1990

Altera o Artº 1º do Decreto-Lei nº 19/90, de 11 de Janeiro (estabelece o regime de caducidade das licenças municipais)

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Portaria nº 1232/90, I série, (298) de 28/12/1990

Fixa a taxa a que se refere o nº 2 do artº 7º do Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90, de 15 de Outubro

INFORMAÇÕES/BIBLIOTECA

Encontram-se à venda nas instalações da rua Barata Salgueiro, com 15% de desconto para sócios e estudantes os seguintes títulos da editora Livros Horizonte:

- A Dinâmica funcional do centro de Lisboa, Jorge Gaspar

- Cidades Medievais Portuguesas, Uma introdução ao seu estudo, Sérgio Luis Carvalho - Clãndestinos em Portugal, Leituras (colectânea)

- Lisboa, Arquitectura & Património, José Manuel Fernandes

- Lisboa, A cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos, Renata de Araújo

- O Mosteiro dos Jerónimos, I - Descrição e evocação, José da Felicidade Alves

- O Tardo-Gótico em Portugal, A arquitectura no Alentejo, José Custódio Vieira da Silva

- Planeamento do território, instrumentos para a análise física, Sidónio Costa Cabral

- Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima, Amélia Aguiar Andrade

E ainda:

- Urbe, Cadernos 2: Bairro Alto e os seus amores

- Bilhete postal ilustrado e a história urbana de Lisboa, José Manuel da Silva Passos

universidade moderna
83

Vitor Matias Ferreira

**A CIDADE DE LISBOA:
DE CAPITAL DO IMPÉRIO
A CENTRO DA METRÓPOLE**

Publicações Dom Quixote

**A Cidade de Lisboa:
de Capital de Império
a Centro da Metrópole**Vitor Matias Ferreira, Lisboa,
Publicações D. Quixote,
1987, 343 págs.

Estamos perante um estudo concebido inicialmente como uma dissertação de doutoramento em Sociologia, tendo por objecto a cidade de Lisboa.

Partindo de uma concepção sincrónica, o autor vai analisar em especial dois dos mais significativos momentos da História da capital no século XX: os períodos que medeiam entre os anos 30-40 e 60-80 e que representam duas fases distintas na evolução urbana e sócio-económica deste espaço. Estas etapas da vida da cidade são abordadas de forma quase autónoma. Assim, entre os anos de 1930-40 constatamos a assunção de uma política urbana que perspectiva Lisboa como capital de um Império e em que é bem nítida a ideologia que enformava o Estado Novo. Duarte Pacheco con-

substancia esta concepção urbana.

Entretanto nos anos de 1960-80 ocorre o processo de transformação de Lisboa numa metrópole. Vitor Matias Ferreira analisa então a política funcionária, o ordenamento territorial emergente das alterações da estrutura sociológica numa vasta área geográfica que ultrapassa o estrito espaço urbano da capital. Assistimos ao nascimento e crescimento de uma metrópole, de um centro potenciador de múltiplas relações com a região envolvente, reflectindo importantes alterações a reajustamentos na geografia social e económica, fenómeno intimamente ligado à própria política de desenvolvimento que então se esboçava.

Esta é pois uma obra inovadora pela abordagem dos processos de organização territorial e de diferenciação social de Lisboa, comportando um elevado grau de cientificidade, motivos que justificam o seu amplo estudo e divulgação

Sérgio Lima

Golden Rail

A Versátil Cadeira-Elevador para todas as Escadas!

De fácil utilização e design agradável, a nova GOLDEN RAIL é a solução para quem tem dificuldades em vencer escadas. Especialmente concebida para se integrar em qualquer tipo de arquitectura, descrevendo as curvas mais difíceis! A sua instalação não requer obras e pode ser efectuada em menos de 24 horas.

Contacte-nos e conheça as vantagens deste equipamento. Temos para si esta e outras soluções, nomeadamente para cadeira de rodas.

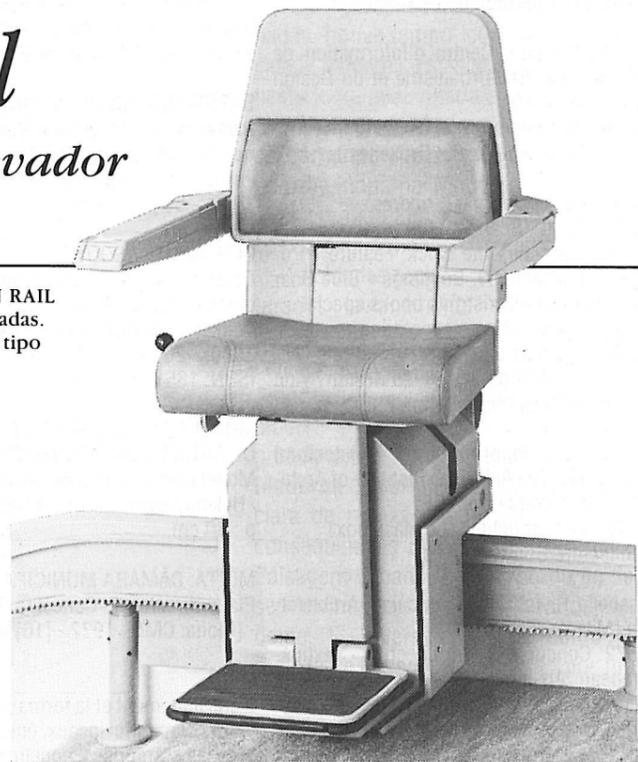
**GOLDEN RAIL
PARA SUBIR E DESCER SEM ESFORÇO!**

Informe-se sobre
as nossas facilidades

Telefone ou envie-nos o cupão



Gostaria de receber grátis	<input type="checkbox"/>
Gostaria de assistir a uma demonstração	<input type="checkbox"/>
Gostaria de ter apoio a projecto	<input type="checkbox"/>
Nome _____	
Morada _____	
Tel. _____	

**ALARTÉCNICA****Mais Segurança no seu Lar!**

Av. Infante Santo, 59 r/c Dt. • 1300 LISBOA • Tels. 67 91 12 - 396 10 04 • Fax 67 91 11

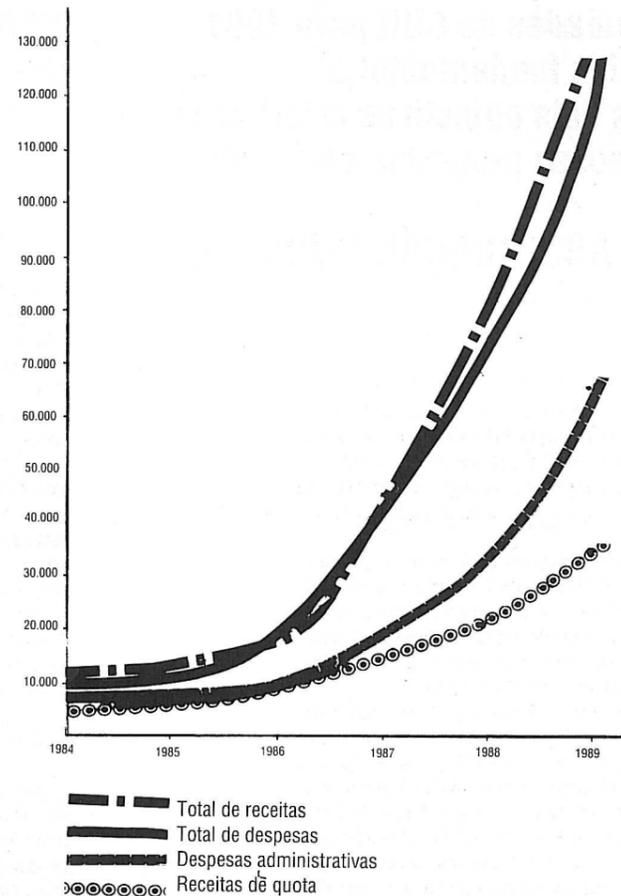
Parecer do Conselho Fiscal Nacional relatório e contas relativos a 1989

O Conselho Fiscal examinou o Relatório apresentado pelo Conselho Directivo Nacional, tendo achado que ele exprime com rigor a actuação desenvolvida pelo Orgão Directivo Nacional, perante a evolução interna e externa dos assuntos que respeitam à Classe.

Resulta claramente do Relatório a confirmação de que este exercício correspondeu a um ano de viragem na vida associativa: em relação ao enquadramento nacional da actividade dos Arquitectos, assinalaram-se mudanças no estatuto do exercício da profissão que tiveram incidência nas relações da Associação com os poderes públicos, e motivaram negociações e tomadas de posição, de manifesta importância para a classe; em relação ao funcionamento interno da própria Associação, verificaram-se ajustamentos, melhoramentos de orgânica, equipamento e práticas administrativas tendentes a permitir à Associação enfrentar com êxito as novas condições criadas.

Convém assinalar, igualmente, o incremento considerável que tiveram as relações internacionais, tanto a nível de associações congéneres como a nível de organismos supra-nacionais, correspondentes a posições que a Associação deve tomar, na defesa dos interesses dos Arquitectos portugueses. Mas também se torna evidente que esta defesa comporta encargos crescentes, que a Associação vem enfrentando e terá que estar preparada para continuar a enfrentar.

A consideração das Contas apresen-



tadas, que este Conselho Fiscal julga justas, correctas e de aprovar, merece-lhe uma reflexão de fundo, neste tempo de viragem da vida associativa:

- observando a evolução progressa das Contas associativas, vê-se que a situação, sem nunca se apresentar com aspectos ameaçadores e mesmo críticos, evidencia uma fragilidade permanente pelo facto de que as despesas correntes não serem cobertas por receitas correntes, sendo assim o equilíbrio resultante precário porque conseguido à custa de receitas extraordinárias.

Significa isto que a grande parte do esforço dos órgãos directivos é canalizado para actividades, úteis e interessantes embora, mas que se destinam a colmatar um deficit de financiamento tanto como a produzir efeitos específicos dos fins associativos. Parece pois de recomendar que os futuros Orgãos Sociais procurem meios de obter uma cobertura corrente das despesas pelas receitas, sem o que muitas das tarefas que se avizinham não poderão ser eficazmente enfrentadas.

Ainda no que respeita às contas, considera-se que reflectem igualmente o esforço da reorganização em curso, podendo caracterizar-se como correspondendo a um período de transição com especial preocupação de eliminar e regularizar situações deficitárias anteriores e estabelecer condições de mais efectivo controlo orçamental.

O Conselho Fiscal Nacional:
Arqº Diogo Lino Pimentel
Arqº José Pedro Martins Barata
Arqº Alfredo Viana de Lima

Plano de actividades da CDN para 1991

PROPOSTA

O Plano de Actividades da CDN para 1991 manterá como eixo fundamental a prossecução dos dois objectivos prioritários assinalados no nosso programa eleitoral:

CONSTRUIR A ASSOCIAÇÃO PÚBLICA PREPARAR 93

Isto significa que no plano interno à Associação se continuará a concentrar esforços na melhoria da sua organização interna, e em particular das ainda frágeis estruturas de apoio do CDN, na perspectiva do necessário reforço da sua autonomia em relação aos Conselhos Regionais a par de uma mais estreita colaboração com estes no respeito pelos respectivos âmbitos de actuação.

Assim, ao CDN deverá caber prioritariamente o tratamento das grandes questões de âmbito nacional que respeitam à actividade profissional dos arquitectos, quer junto da opinião pública e dos órgãos de soberania quer junto das instâncias internacionais, enquanto aos CDR's caberá prioritariamente o trabalho junto dos associados em todas as questões concernentes à Prática Profissional e Deontologia, às iniciativas culturais, etc.

No que se refere ao CDN o reforço da sua organização interna passa, por um lado, pela necessidade de constituição de um *staff* técnico permanente com formação diversificada, de apoio à actividade da Direcção por forma a permitir uma resposta mais eficaz, atempada e profissional às suas inúmeras e crescentes solicitações, e por outro lado uma melhor distribuição de tarefas entre os seus membros sob a forma de Pelouros com áreas de actividade bem definidas, para além do recurso à colaboração dos associados, quer através de Comissões consultivas, quer pelo apelo à contribuição individual de especialistas dentro das várias áreas de actividade da profissão.

No plano externo, todos os esforços se concentrarão prioritariamente na reivindicação junto do Governo da exclusividade do exercício da Arquitectura, a par da Regulamentação do Exercício da Profissão, em particular incidindo nas questões relativas à responsabilidade e à deontologia profissionais, através da implementação de um projecto de lei da Arquitectura a apresentar ao Governo, e da discussão alargada a toda a classe destas matérias. Efectivamente, sem a conquista da exclusividade do exercício da Arquitectura em áreas significativas do território e sem a Regulamentação do Exercício da Profissão não é possível aos arquitectos portugueses prepararem-se para a entrada no Mercado Único em 1993.

A par da actuação a desenvolver a nível nacional, o CDN continuará a intervir junto dos vários organismos internacionais onde está representada a AAP, no sentido de salvaguardar os interesses dos arquitectos portugueses nas grandes questões colocadas pela integração europeia, nomeadamente junto do Comité Consultivo para a Formação em Arquitectura e do Conselho dos Arquitectos da Europa (C.A.E.).

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A par da representação junto destes organismos de âmbito comunitário, a AAP irá este ano, pela primeira vez, assumir a sua condição de Secção Portuguesa da U.I.A. na sequência do completo esvaziamento e paralização desta enquanto organismo autónomo, culminando num processo que se arrastou durante vários anos com manifesto prejuízo da classe, que se viu assim afastada das principais manifestações realizadas no âmbito deste organismo internacional, com especial incidência no Congresso realizado este ano em Montreal e onde Portugal não teve qualquer representação.

De destacar ainda, no âmbito de contactos com países de fora da Europa, a perspectiva da realização este ano em Portugal do I Congresso dos Arquitectos de Língua Portuguesa sob a responsabilidade do CDN em colaboração com o CDRS e contando com apoios oficiais, e a participação da AAP no âmbito da C.I.A.N.A. (Conselho Ibero Americano de Associações Nacionais de Arquitectos).

2. URBANISMO

No seguimento da intensa actividade desenvolvida nesta área no ano transacto, com especial incidência no Encontro sobre a Nova Legislação Urbanística «A Lei que temos os Planos que faremos», realizado em Lisboa e que teve grande impacto quer junto da classe quer junto das instâncias do poder e da opinião pública, o CDN continuará a intervir quer junto do Governo, através de pareceres técnicos fundamentados sobre os vários projectos lei que lhe têm sido apresentados, quer com a eventual realização de uma iniciativa semelhante àquela, quer ainda com a realização de cursos de curta duração dentro da área do Planeamento Urbanístico. Estas iniciativas serão canalizadas através do Pelouro do Urbanismo e da respectiva Comissão Consultiva, na sequência do que já aconteceu no ano transacto.

3. INICIATIVAS CULTURAIS

Espera-se ter finalmente concluídas, no fim do mês de Janeiro, os trabalhos relativos à Exposição sobre Arquitectura Popular dos Açores e os respectivos arquivos, no âmbito de um acordo estabelecido com o governo daquela Região Autónoma, por forma a que se possa honrar os compromissos assumidos com este (fornecimento da Exposição e Arquivo em duplicado), em paralelo com a realização da Exposição pelo menos em Lisboa e eventualmente no Porto.

Conta-se também ter finalmente pronto durante o 1º semestre do ano a revisão e condensação do manuscrito do livro, dando-se início no 2º semestre a contactos no sentido de viabilizar a sua edição, sob a responsabilidade da AAP ou em regime de colaboração com outras entidades.

No seguimento dos contactos efectuados no ano transacto e que levaram a AAP a participar como observador na realização do Concurso EUROPAN, procurar-se-á viabilizar junto dos vários departamentos governamentais interessados, a participação de Portugal nesta iniciativa de âmbito europeu.

É intenção do CDN promover este ano a entrega, no Dia Mundial da Arquitectura, dos Prémios Nacionais de Arquitectura, embora em eventual revisão do seu Regulamento no sentido de concentrar recursos num número menor de prémios de valor superior. Ao mesmo tempo promover-se-á também, em colaboração com as duas Secções Regionais, a 3ª Exposição Nacional de Arquitectura, embora em moldes eventualmente diferentes das anteriores, de acordo com o balanço a efectuar

sobre os resultados destas.

Estudar-se-á ainda a possibilidade de promover este ano, a Revista dos Arquitectos, ou, em alternativa, apostar no reforço do JA e na realização de números especiais deste com carácter de Revista.

4. FORMAÇÃO E ENSINO

Espera-se poder realizar este ano, em colaboração com as Escolas de Arquitectura, um Encontro Nacional para debate dos problemas do ensino da Arquitectura quer público quer privado, no sentido da sua adequação não só às exigências formuladas pela Comunidade Europeia, em especial com a previsível introdução dos estágios obrigatórios, mas também às próprias exigências do país que o previsível alargamento do campo de intervenção do arquitecto, a par da livre concorrência dos arquitectos europeus, necessariamente colocam.

No campo da formação profissional complementar e dadas as naturais dificuldades do CDN para o desenvolvimento de trabalho nesta área, contar-se-á prioritariamente com o apoio das Secções Regionais para o desencadear de acções comuns.

5. JORNAL ARQUITECTOS

Prosseguir-se-á com o trabalho de reforço do JA desenvolvido com resultados satisfatórios durante o ano transacto, nomeadamente com a substancial melhoria da qualidade da sua apresentação (papel, impressão, arranjo gráfico), a par da melhoria do seu próprio conteúdo.

No entanto, tem-se consciência das limitações que ainda se verificam em relação a este último aspecto, por falta de uma colaboração mais diversificada qualitativa e quantitativa, pelo que se espera, a partir da estabilização financeira do Jornal, que se conta atingir nos primeiros meses do ano, poder criar as condições necessárias a um novo e decisivo passo na melhoria qualitativa do conteúdo do JA, que poderá passar, inclusive, como já atrás se referiu, pela saída de números especiais com as características de uma Revista de Arquitectura.

6. INSTALAÇÕES

Resolvido que foi, a curto prazo, o problema das instalações do CDN e CDRS, com o aluguer do andar da Av. 24 de Julho, todos os esforços serão agora concentrados na viabilização da Nova Sede dos Banhos de S. Paulo, quer em relação ao Concurso para o projecto, já em marcha, quer fundamentalmente em relação à sua viabilização financeira. Para tal efeito foi constituída no ano transacto uma Comissão constituída pelo Presidente do CDN, CDRS e A.G. a quem foram conferidos plenos poderes para desenvolver as acções necessárias.

Lisboa, 14/12/90

O Secretariado Executivo da CDN

Contas de 1989 AAP em explosão de custos

Foram aprovadas na Assembleia Geral do passado dia 17 de Dezembro o Relatório e Contas relativos ao exercício de 1989, bem como o parecer do Conselho Fiscal

O Relatório de Actividades menciona circunstancialmente a actividade desenvolvida em 1989, marcada por um **pendor essencialmente interno** proveniente da transformação da AAP em Associação Pública com o Decreto 465/88 de 15 de Dezembro.

Assim o Relatório assinala três momentos da vida interna com particular relevância no ano em causa.

Em primeiro lugar as tarefas do registo impostas pelo mencionado Decreto, realizadas no 1º trimestre, implicando a realização de cerca de 4.000 registos e emissão de mais de 15.000 declarações.

Em segundo lugar a preparação e realização do 5º Congresso da AAP realizado em Coimbra em Junho com grande participação e com a aprovação pela primeira vez em Congresso da AAP, de uma Moção de Orientação para o triénio.

Em terceiro lugar a preparação e realização do acto eleitoral que o CDN cessante preparou tendo apoiado a constituição da lista que haveria de ser vencedora.

CUSTOS SOBEM EM FLECHA

Após referir várias outras iniciativas o relatório apresenta as contas do exercício, verificando-se que a AAP acentuou as tendências dos anos anteriores, em especial desde 1985, apresentando agora um movimento da ordem dos 130 mil contos.

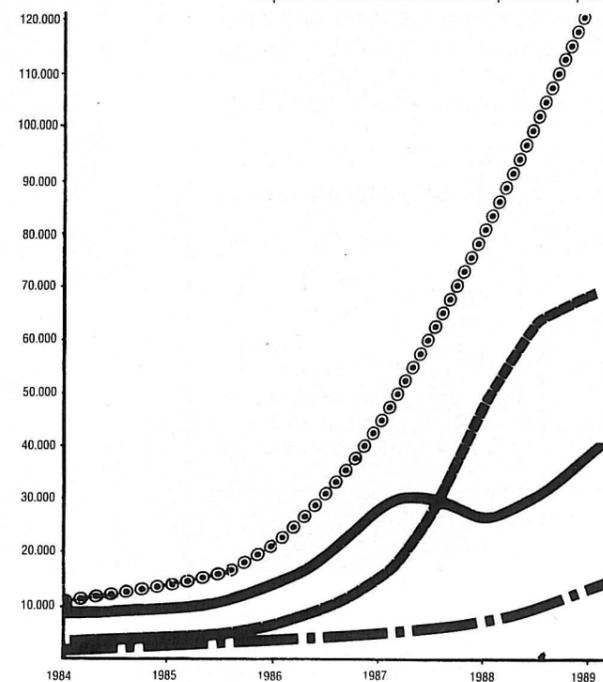
Comparando no gráfico do quadro 1 as receitas e despesas totais nos diferentes anos a partir de 1984 até 1989, verifica-se que em seis anos elas multiplicam-se por dez.

Em 1986 como agora em 1989 houve um prejuízo tangencial enquanto em 1985 e 1987 houve um lucro tangencial. Apenas em 1988 houve um lucro significativo.

Repara-se também facilmente que as despesas administrativas cresceram muito mais depressa que as receitas correntes (quotas) ultrapassando-as em 1987 e sendo agora mais de o dobro destas, o que revela a fraqueza estrutural da situação.

No gráfico do quadro 2 pode-se comparar o movimento dos vários centros de custo da AAP. Nele se constata que o CDN teve no mandato anterior, principalmente a partir de 1987 uma subida acentuada, ultrapassando a SRS em 1987 e representando agora cerca de metade do movimento da AAP.

Esta situação que por um lado revela um grande aumento da actividade da AAP nos últimos anos, não deixa de introduzir algumas preocupações, como se salienta no parecer do Conselho Fiscal.



●●●●●●●● Total de receitas
 ■■■■■■ CDN - Receitas
 ▲▲▲▲▲▲ SRS - Receitas
 ■■■■■■ SRN - Receitas

Informação Fiscal

1 - OBJECTIVO

A presente informação tem como principal objectivo esclarecer os contribuintes que auferem rendimentos da categoria B, relativamente às suas obrigações fiscais declarativas enquanto entidades pagadoras de rendimentos de trabalho.

2 - ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO

Os pontos a desenvolver são os seguintes:

- Obrigações acessórias a que estão sujeitos os contribuintes da categoria B que façam retenções na fonte.
- Local e prazo de entrega.
- Obrigações que ocorrem durante o mês de Janeiro.

3 - DESENVOLVIMENTO

3.1 - Obrigações declarativas dos sujeitos passivos da categoria B que façam retenções na fonte:

- As pessoas e entidades que paguem rendimentos previstos no nº 1 do artº 3º alínea a) e b) do código do Imposto das Pessoas Singulares (CIRS) e possuam contabilidade organizada estão obrigadas face ao nº 1 alíneas b) e c) do artº 114 do mesmo código a:

1 - Possuir registo actualizado dos credores dos rendimentos a entregar ao sujeito passivo até 20 de Janeiro documento comprovativo das importâncias pagas no ano anterior, do imposto retido na fonte e das deduções a que eventualmente haja lugar.

2 - Entregar à D.G.C.I. até 15 de Fevereiro de cada ano uma declaração relativa àqueles rendimentos em impresso modelo oficial, com menção dos nomes, números fiscais e respectivos códigos das pessoas credoras dos rendimentos.

3.2 - O local e prazo de entrega das quantias retidas na fonte são as seguintes:

MESES DA RETENÇÃO	MÊS DA ENTREGA ATÉ AO DIA 20
Janeiro Fevereiro Março	Abril
Abril Maio Junho	Julho
Julho Agosto Setembro	Outubro
Outubro Novembro	Dezembro
Dezembro	Janeiro

Local (artº 98 do CIRS)

* Qualquer tesouraria da Fazenda Pública;

* Instituições bancárias autorizadas;
* Correios e Telecomunicações de Portugal;

* Outro local determinado por lei.

Prazo

O pagamento das quantias referidas nos artºs 92, 93 e 94 do CIRS deve ser acompanhado do preenchimento do impresso de guia modelo 71, aprovado pela portaria nº 838/88.

A entrega daquelas é efectuada de acordo com o seguinte calendário:

3.3 - Outras obrigações

a) Entregar na respectiva Repartição de Finanças, durante o mês de Janeiro, declaração de alteração, caso o contribuinte em regime de isenção de IVA, tenha ultrapassado o respectivo limite (800 contos) no ano anterior.

b) Os contribuintes sem contabilidade organizada devem registar todas as importâncias recebidas no «livro de registo de serviços prestados» e os encargos no «livro de despesas e operações ligadas a bens de investimento».

3.4 - Próximas obrigações e datas limites

a) Entrega das quantias retidas no mês de Dezembro sobre rendimentos do trabalho dependente ou independente desde que disponham de contabilidade organizada, até 20 de Janeiro

b) Entregar aos respectivos trabalhadores e aos colaboradores documento comprovativo dos rendimentos pagos e das retenções efectuadas, até dia 20 de Janeiro

c) Entregar declaração periódica relativa ao mês de Novembro acompanhada do respectivo meio de pagamento do IVA, se se estiver em regime mensal (nº 1 do artº 26 e nº 1 do artº 40 do CIVA). Dia 31 de Janeiro

NOTA DA REDACÇÃO:

Consciente da iniludível desactualização de algumas das datas referidas neste artigo, em consequência do atraso com que nos foi enviado, a redacção decidiu, não obstante, manter a sua publicação, dado o interesse genérico da matéria tratada.

FAZEMOS PARTE DO SEU PROJECTO :



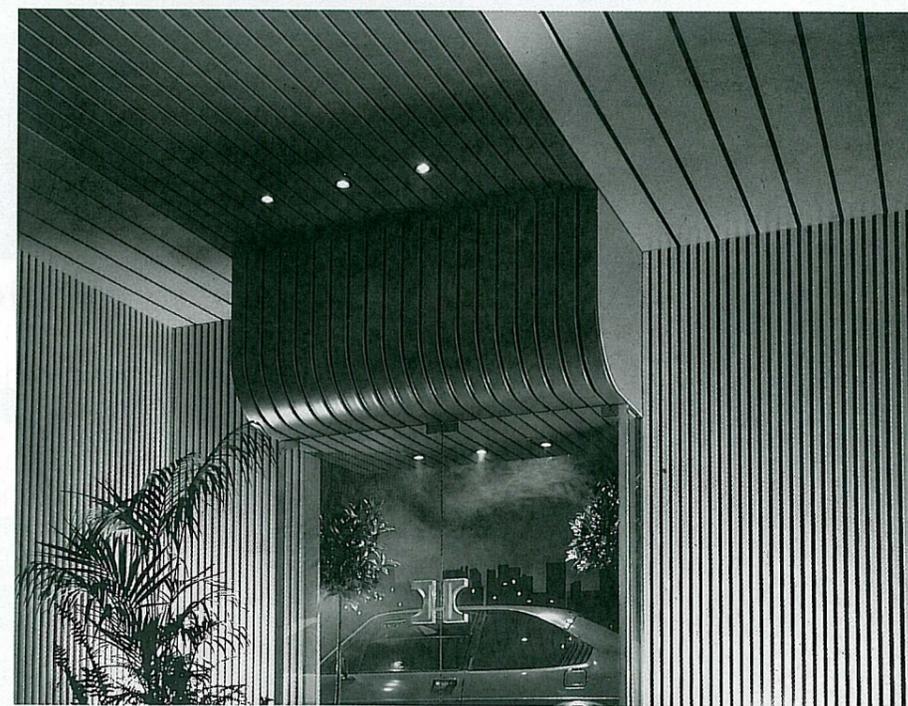
ATELIER ABERTO
Desenho e Design, lda

Desenhamo-lo por computador

TAMBÉM EXECUTAMOS SERVIÇOS DE PLOTTER E DE IMPRESSORA TÉRMICA

R. RODRIGUES SAMPAIO, 112, 4.º-DTO. B — 1100 LISBOA — TEL.: 352 52 09 — FAX: 352 52 10

LUXALON®



HORÁCIO COSTA LDA

CONCESSIONÁRIO/FABRICANTE PARA PORTUGAL

Rua do Salitre, 85 — 1200 Lisboa — Tel.: 53 75 84/52 77 50 • Telex: 64 936 HCL • (Fax: 8147894/527750)

WIRSBO

DEZ VEZES A VOLTA AO MUNDO
COM TUBOS PEX DA WIRSBO

A WIRSBO foi a primeira Companhia a fabricar tubos PEX em larga escala (1972). Hoje a sua produção atingiu já os 400.000.000 de metros, o que equivale a mais de 10 vezes a volta à Terra na linha do equador. Actualmente, a produção anual ultrapassa uma volta à Terra.



Na liderança de fabrico em PEX, a WIRSBO tem muito mais para oferecer do que somente tubo. Também oferece sistemas completos e tecnologia de instalação.

A WIRSBO é uma companhia internacional operando já em mais de 25 Países. E nossa filosofia continuar o processo de introdução dos tubos WIRSBO - PEX através do mundo e, desse modo, servir cada vez mais clientes.



Os tubos WIRSBO-PEX são, dadas as suas excelentes propriedades, um produto da mais alta qualidade. O material não sofre corrosão e é aplicável na condução de águas quentes e frias.



Para as instalações domésticas de águas quentes e frias a WIRSBO desenvolveu um sistema completo que compreende a tubagem e respectivos acessórios. Este sistema satisfaz todas as necessidades de condução de água e é o ideal quer em edifícios novos quer na remodelação de edifícios antigos.



O aquecimento por chão radiante WIRSBO é desenhado para um moderno aquecimento de espaços a temperatura equilibrada.

WIRSBO

SEDE: Av. da República, 2290
4400 V.N. Gaia, Fax. 308000
Telef. 308564/309181

ARMAZ.: R. Central do Olival, 1100
S. Martinho de Arnelas,
4415 Carvalhos, Fax. 7829644
Telef. 7825905/7829669

ERPOGRIFE

Cimianto

ALHANDRA • 2600 VILA FRANCA DE XIRA • TELEFS. 950 18 62, 950 30 20, 950 35 35 • TELEX 16075 CIANTO-P • TELEFAX 950 31 65
DELEGAÇÃO NORTE: E.N. 107 AO KM 8.5 (AEROPORTO PEDRAS RUBRAS) 4470 MAIA • TELEFS. 948 69 52, 948 63 58 • TELEX 26737 • TELEFAX 948 71 71

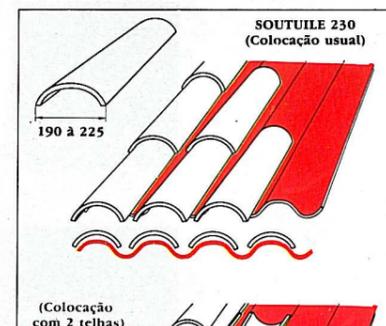
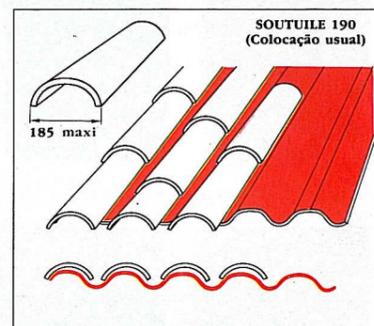
CHAPAS SOUTUILE

UMA SOLUÇÃO MODERNA PARA UM TELHADO
COM ASPECTO TRADICIONAL



VANTAGENS:

- Cor ocre-rosado que se funde com as telhas «Canudo».
- Maior economia na construção e na recuperação de edifícios.
- Garantia de total estanquidade.



Material garantido e comprovado!

forbo FORBO PERGOL, SA

REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS
REVESTIMENTOS

M. S.
PORTO

KROMMENE DESK TOP
E BULLETIN BOARD:
REVESTIMENTOS PARA
MOBILIÁRIO, PORTAS
E PAREDES.



Rua Sá da Bandeira, 342 — 4000 Porto
Telef: 32 43 02/32 44 50
Telex: 22364 Marito P — Fax: 56 54 53

Rua Latino Coelho, 8-A/8-B — 1000 Lisboa
Telef.: 56 32 04/7
Telex: 16456 Pergol P — Fax: 57 75 14

Rua D. Estefânia, 163-C — 1000 Lisboa
Telef.: 54 60 10

SABEMOS QUE JÁ NOS CONHECE. PRETENDEMOS QUE NOS CONHEÇA MELHOR.

Temos bastantes razões para o desejar.

- Para poder confirmar a qualidade e funcionalidade das nossas linhas de mobiliário, de design nacional, concebido ergonomicamente.
- Para também verificar a sua versatilidade e adaptabilidade a todas as áreas de serviços ou de administração.
- Para comprovar que a optimização do seu escritório constitui o nosso principal objectivo



METROPOLIS



LOGOS

e que por isso procedemos regularmente a actualizações dos nossos conceitos estéticos e técnicos.

- Para não ter dúvidas que cumprimos prazos de entrega e que os nossos serviços lhe asseguram a entrega e montagem do nosso mobiliário em qualquer ponto do país e lhe garantem uma adequada assistência técnica.

- Para constatar que, por alguma razão, nos mantemos na vanguarda do design de mobiliário para escritório em Portugal.



LONGRA/ROVO

- E por fim, para que possa comprovar todas as nossas razões, solicite a visita de um delegado LONGRA.

SALÕES DE EXPOSIÇÃO E VENDA

Rua Dr. João Couto, Lote C - 2.º - 1500 LISBOA
Tel. 715 44 20 - Telex 16476 METLON P - Telefax 714 21 96

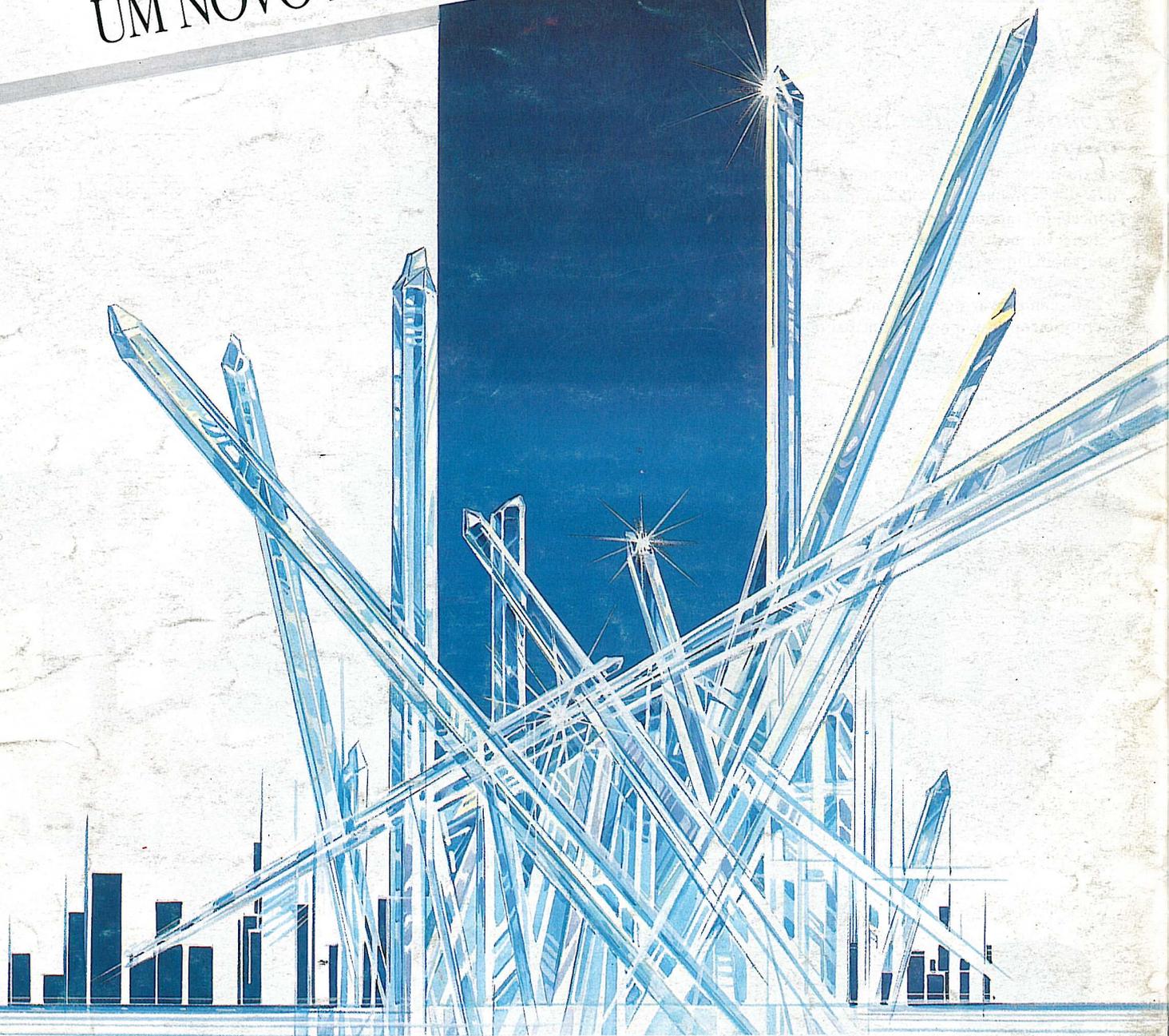
Rua Gonçalo Cristóvão, 86 - 4000 PORTO
Tels. 31 44 93 - 31 49 71 - Telex LONNOR P

LONGRA

É PARA SEMPRE.

ORGANIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, S.A.

UM NOVO MUNDO TECHNAL



A alvorada amacia as linhas cruas da cidade. Insinua-se pelas transparências dos edifícios que a Technal converte em moradas de luz. Com o Sistema Technal, nasce um mundo de produtos que dão forma à mais ousada concepção arquitectónica e decorativa.

O alumínio Technal integra-se no dia a dia cidadão, tanto em construções novas como em projectos de restauro. Personaliza a moradia particular inovando os conceitos de estética, racionaliza harmoniosamente o espaço do escritório, transfigura as fachadas dos edifícios.

Um sem número de aplicações Technal modificam o rosto da cidade, fazendo surgir um novo mundo onde cultura e natureza enfim, se unificam.

TECHNAL® 